

25 MAI 2012

FOLHA DE LONDRINA

Acidente mata três servidores  
do TJ do Paraná

Três servidores do TJ morrem  
em acidente na BR-376

**Curitiba** - Três servidores do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) morreram por volta das 9 horas de ontem num acidente ocorrido no km 345 da BR-376, entre as cidades de Ortigueira (Campos Gerais) e Mauá da Serra. O Renault Scenic do grupo bateu de frente com uma carreta de São Paulo que transportava polietileno e trafegava no sentido Curitiba-Maringá.

De acordo com informações da Polícia Rodoviária Federal (PRF), o carro derrapou e atingiu o caminhão em cheio. O veículo e a cabine da carreta pegaram fogo após a batida. No momento do desastre, chovia e havia neblina. O trecho onde ocorreu o acidente é de pista simples, próximo a uma curva e fica a cinco quilômetros da cidade de Ortigueira.

O motorista do caminhão, Valdinei Jorge Barbosa dos Santos, de 40 anos, teve ferimentos leves, mas os três ocupantes do veículo morre-

ram na hora. As vítimas fatais foram a assessora de imprensa Cleuza Aparecida de Carvalho, o servidor do cerimonial Adilson Teixeira Costa e o motorista Rene Jorge Ferreira. Eles estavam retornando de Arapongas, onde o desembargador do TJ-PR, Miguel Kfourl Neto, participou da inauguração da 2ª Vara Cível da cidade, na quarta-feira.

Os corpos foram encaminhados para o Instituto Médico Legal (IML) de Ponta Grossa, nos Campos Gerais. Conforme informações do síndico oficial do Tribunal, o desembargador Miguel Kfourl Neto decretou luto oficial de três dias nas repartições judiciárias do Paraná. O velório será realizado na capela do TJ-PR, em horário a ser confirmado.

Segundo a concessionária Rodonorte, que administra o trecho onde ocorreu o acidente, a rodovia operou no sistema de "pare e siga", com lentidão, até as 13 horas. Por volta das 16 horas, o trânsito já estava normalizado.

FOLHA DE LONDRINA

Precatórios 25 MAI 2012

respondem por

1/4 da dívida do Paraná

**Q**uase um quarto da dívida do Estado do Paraná se refere a precatórios. São R\$ 4,5 bilhões dentro de um valor total de R\$ 18,8 bilhões, segundo a Secretaria do Estado da Fazenda. Somente São Paulo, de acordo com o Tesouro Nacional, tem uma dívida em precatórios maior que a paranaense.

Precatório é o resultado de um processo judicial movido por um particular (servidor público, contribuinte, empresa, etc) contra o Estado. Recebe esse nome depois que a ação transita em julgado, ou seja, vencida pelo reclamante em todas as instâncias e o Poder Judiciário determina o valor a ser pago.

A Constituição de 1988 dizia que os precatórios deveriam ser pagos exclusivamente pelo critério de antiguidade. Aqueles apresentados pelo Judiciário até 1º de julho de um determinado ano deveriam ser pagos até o final do ano seguinte. Mas, na prática, nem sempre isso ocorria e as dívidas se acumulavam. Se o Estado não tinha dinheiro para pagar um precatório de maior valor, os outros menores e mais recentes também não poderiam ser pagos.

Por isso, a Constituição foi emendada algumas vezes para tentar solucionar o problema e permitir ao Estado quitar os débitos menores. Mas, somente em 2009, com a emenda constitucional 62, é que foram realizadas mudanças importantes para o pagamento

Em valores não atualizados, total a ser pago por decisão judicial soma R\$ 4,5 bilhões de um total de R\$ 18,8 bilhões

de precatórios. Entre elas, municípios, Estados e União foram obrigados a depositar 2% de suas receitas correntes líquidas, todos os anos, para saldar essas dívidas.

Também foram criadas novas formas de efetuar o pagamento. Dentre elas, o leilão reverso, no qual recebe antes o credor que der maior desconto na dívida que o Estado tem, para com ele.

O secretário estadual da Fazenda, Luiz Carlos Hauly, diz que o governo vem fazendo um esforço concentrado para reduzir a lista de precatórios do Paraná. Segundo ele, de abril de 2010 a abril de 2012, o Tesouro do Estado já mandou ao Judiciário - que é o responsável pelos pagamentos - uma soma de R\$ 752 milhões.

As dívidas dos pequenos valores, de acordo com Hauly, ganharam prioridade no atual governo. "Fizemos o pagamento de três mil empresas que tinham dúvidas de até R\$ 70 mil", ressalta.

O secretário afirma que não pode revelar quem são os credores de precatórios. Ele diz que, na fila de pagamento, existem débitos que datam da

década de 1970. Segundo Hauly, o Estado vem cumprindo rigorosamente a emenda 62, repassando anualmente ao Tribunal de Justiça (TJ) um valor equivalente a 2% da receita corrente líquida do Paraná para as indenizações.

De acordo com ele, não dá para considerar o valor de R\$ 4,5 bilhões como total de precatórios do Paraná, uma vez que muitos dos processos não sofreram correção. O secretário não acredita, no entanto, que o Estado tenha a segunda maior dívida, conforme informações obtidas no Tesouro Nacional. "É que nós declaramos tudo, mas nem todos procedem desta forma", salienta. No quadro publicado nesta página, vários Estados informaram dívida zero a título de precatórios.

O governo, segundo Hauly, também está negociando precatórios por dívidas que seus autores porventura tenham com o Estado. "Antes (da emenda 62), muita gente vinha e pleiteava a compensação do precatório com outra dívida. O Estado negava e mesmo assim a empresa depositava o valor em juízo pretendendo fazer a compensação", conta.

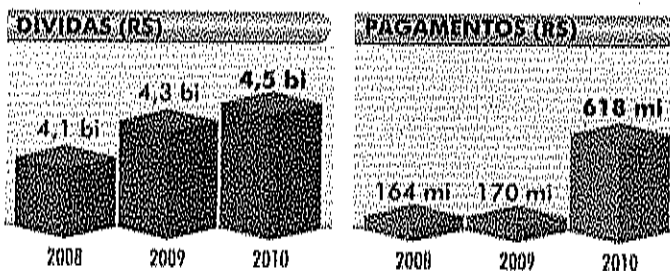
**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA

SAIBA MAIS CONTINUAÇÃO

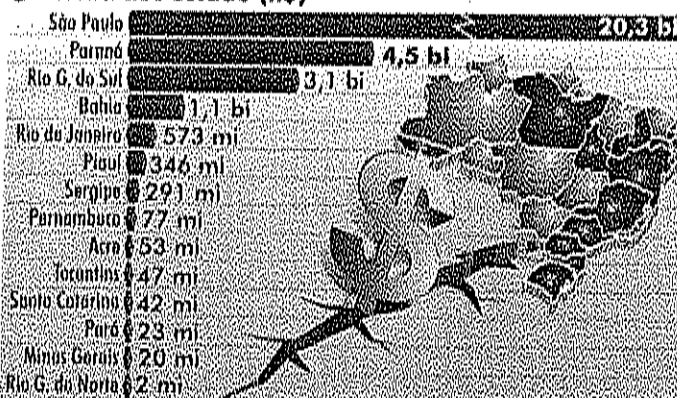
25 MAI 2012

A dívida do Paraná com precatórios subiu de R\$ 4,1 bi para R\$ 4,5 bi, de 2008 a 2010



■ Segundo o Tesouro Nacional, trata-se do segundo maior valor no País

## ↳ Dívida dos estado (R\$)



■ Os demais Estados declararam dívida zero em precatórios

Fonte: Tesouro Nacional

Folha Arte

## CONTINUAÇÃO

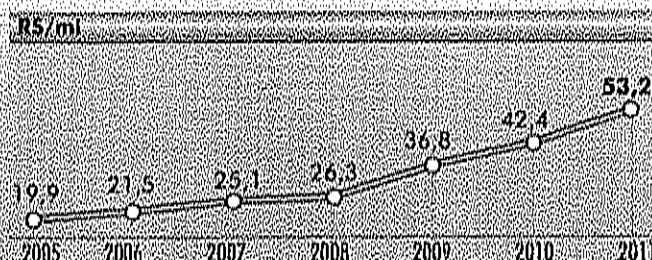
Segundo Hauly, no atual governo, esta situação está sendo negociada, conforme prevê a Lei. "Para ser beneficiado, (o credor do precatório) abre mão de 20% do precatório. E só pode compensar 75% da dívida. O restante tem de ser pago em dinheiro. Estamos fazendo uma limpeza de ativos e passivos", conta.

De acordo com a assessoria do Tribunal de Justiça (TJ) existem hoje 7.703 precatórios para 40 mil credores do Estado.

# Em Londrina, valores devidos crescem 167%

## NO MUNICÍPIO

O total de precatórios da Prefeitura de Londrina cresceu 167% desde 2005. Veja abaixo:



Fonte: Tesouro Nacional e Secretaria da Fazenda

Folha Arte

Os valores de precatórios devidos pela Prefeitura de Londrina cresceram 167% de 2005 a 2011, passando de R\$ 19,9 milhões para R\$ 53,2 milhões. Segundo o secretário municipal da Fazenda, Fábio Campos, a política de pagamento "segue estritamente a emenda constitucional 62/2009".

Até então, de acordo com ele, faltavam instrumentos de controle da evolução dessas dívidas. Campos afirma que o Município credita mensalmente ao Tribunal de Justiça (TJ) cerca de R\$ 350 mil por mês em duas contas, uma para pagamento por ordem pronológica e outra para os menores valores.

Ele diz que os credores

são servidores e contribuintes. "Não temos como segmentar, mas são cidadãos que ingressaram com ação judicial contra o Município e obtiveram êxito na demanda", afirma.

Entre as ações, estão al-

gumas relativas a desapropriações de terreno e a extinção da Frente de Trabalho pela qual operários eram contratados para prestar serviços públicos sem as garantias de trabalho dos servidores municipais.

# FOLHA DE LONDRINA

## Combate à corrupção deve ser prioridade

**Lei da Improbidade  
ainda não foi  
suficiente para  
diminuir  
de forma  
perceptível a  
prática da  
corrupção no Brasil**

25 MAI 2012

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) defende a implantação de mutirões de juízes dando prioridade para o julgamento de ações de improbidade administrativa e desvio de dinheiro público. No Paraná, esses mutirões seriam de grande importância pois levantamento da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público de Londrina mostrou que estão tramitando na justiça 43 ações penais e civis públicas do caso AMA/Comurb, escândalos do final da década de 1990. Infelizmente, o cunho político que envolve esses processos acabam por interferir na tramitação e provocam o atraso. O risco é dessas ações acabarem prescrevendo por conta do longo tempo de espera nos tribunais.

A Lei 8.429/92, que ficou conhecida como a Lei da Improbidade Administrativa, completa 20 anos em 2012. De acordo com levantamento feito pelo CNJ, através do Cadastro Nacional de Improbidade Administrativa, até 20 de março os Tribunais de Justiça computavam um total de 4.893 condenações por

esse crime, enquanto os Tribunais Regionais Federais apresentaram 627 condenações. Ainda conforme o CNJ, os Tribunais de Justiça que mais tiveram condenações nos últimos anos foram os de São Paulo (1.844), Rio Grande do Sul (574), Rondônia (468), Minas Geras (459) e

Paraná (429).

Um Seminário Nacional da Probidade Administrativa acontecerá em Brasília nos dias 31 de maio e 1º de junho para reforçar a discussão sobre a Lei 8.429. O importante desse evento é que o cidadãos poderão participar enviando sugestões pela internet ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)) para aprimorar o combate à impunidade e aos crimes contra a administração pública. Boas ideias e exemplos são necessários para agilizar o andamento dos processos.

A Lei da Improbidade foi um grande avanço para o País, pois o receio de ser punido pela Justiça mudou o comportamento de alguns políticos e administradores públicos. Mas ainda não foi suficiente para diminuir de forma perceptível a prática da corrupção no Brasil.

25 MAI 2012

FOLHA DE LONDRINA

# Tribunal de Contas decide publicar salário de servidores

Lista com remuneração de conselheiros, auditores e funcionários deve estar na internet na próxima semana

Luciana Cristo  
*Equipe da Folha*

**Curitiba** - O Tribunal de Contas (TC) do Estado definiu ontem que vai publicar o salário de todos os servidores, conselheiros, auditores e procuradores da instituição, a exemplo do que já anunciou o governo federal, o Supremo Tribunal Federal (STF) e a Assembleia Legislativa (AL) do Paraná. É possível que a listagem do TC já esteja disponível na próxima semana.

Outros órgãos públicos analisam a questão. No Ministério Público (MP) estadual foi marcada uma reunião na próxima terça-feira para definir posição. Atualmente, no Portal da Transparência do MP, é possível verificar os nomes de todos os membros e servidores com os respectivos cargos. No mesmo portal está a relação de cargos e o valor

das respectivas remunerações, incluindo eventuais vantagens.

Uma divulgação similar já ocorre no portal do Poder Legislativo estadual, que também informou que vai publicar a tabela com a remuneração de todos os seus servidores na internet, a partir do início da semana que vem. Enquanto isso, o governo estadual aguarda posicionamento da Procuradoria-Geral do Estado, que está analisando a legalidade dessa divulgação. A assessoria de imprensa acrescentou que os vencimentos dos servidores estaduais já são divulgados.

## Lei de Acesso

Os conselheiros do TC discutiram ontem detalhes para o fornecimento de informações por meio da lei federal de Acesso a Informações Públicas, em vigor desde o último dia 16. O

debate se deu porque, no TC, além de informações sobre o próprio órgão, pode haver muitos pedidos sobre processos em andamento e informações sobre terceiros. Ficou decidido que, para processos em trâmite, a autorização para o repasse das informações vai caber ao relator do processo, ou seja, será uma decisão tomada caso a caso. Se o pedido for indeferido, o requerente pode entrar com um recurso de agravo, em até 10 dias após a ciência da decisão e, então, o caso será julgado pelo órgão colegiado do TC.

Para processos concluídos, a decisão é da presidência do TC. Entre as hipóteses para a negativa de acesso estão informações de caráter pessoal (que digam respeito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem), garantias individuais que são resguardadas pela Constituição e aquelas que possam comprometer a eficácia de fiscalizações em andamento ou previstas. Essas regras constam no projeto de resolução aprovado ontem pelos conselheiros do TC e que assim normaliza a aplicação da lei federal.

## Problemático **MAZZA**

A ministra Eliana Calmon, Corregedora do CNJ, resumiu numa expressão o que pensa do Judiciário paranaense: "É complicado". Como o são também os demais poderes de Estado.

**25 MAI 2012**

# **FOLHA DE LONDRINA**

## **BENEFÍCIO**

### ***O que é o auxílio-reclusão?***

É um benefício previdenciário, ou seja, um valor pago pela Previdência Social exclusivamente aos dependentes (esposa, companheira e filhos) da pessoa recolhida à prisão, desde que obedecidos certos requisitos previstos em lei.

A pessoa que, por ocasião de sua prisão, trabalhava com vínculo empregatício (carteira assinada) ou contribuía como autônomo(a) para o INSS provavelmente sua família terá direito a esse valor. Além disso, se você for trabalhador rural a prova desta condição pode ser feita, por exemplo, por meio do registro na associação ou sindicato de trabalhadores rurais e testemunhas.

O auxílio-reclusão é uma forma de proteção à sua família/dependentes, por meio do pagamento de um valor mensal que possa ajudar a suprir financeiramente suas necessidades. Se o preso estiver recebendo seu salário pela empresa ou estiver recebendo outros benefícios da Previdência Social como auxílio-doença, aposentadoria ou abono de permanência em serviço, não terá direito ao pagamento do auxílio-reclusão. E a Constituição Federal diz que o auxílio-reclusão é para a pessoa presa de baixa renda.

Se você estiver no regime aberto ou em liberdade condicional não terá direito ao auxílio-reclusão; mas, se estiver em regime fechado ou semiaberto, ou ainda se a prisão for apenas provisória, sua família poderá, sim, buscar esse direito.

**Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**

24 MAI 2012

## FOLHA DE LONDRINA

# Eloir consegue liminar para voltar ao cargo

A juíza substituta de segundo grau, Lillian Romero, que atua na 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, concedeu liminar em habeas corpus protocolado em favor do vereador Eloir Valença (PHS), suspendendo a decisão da 3ª Vara Criminal de Londrina, que o afastou do cargo em 5 de maio. Assim, após a Câmara ser notificada, Eloir poderá voltar a ocupar a vaga internamente preenchida por Lourival Germano (PT).

A juíza considerou frágil e contraditória a fundamentação do juiz Luiz Eduardo Asperti Nardi, já que, segundo ela, ao indeferir o pedido de prisão preventiva contra Eloir, o magistrado entendeu que havia "indícios (e não ainda provas) de que o vereador teria aceito a oferta de vantagem ilícita". Porém, ao definir pelo afastamento, argumentou que havia risco de continuar praticando o crime.

"Portanto, o afastamento do cargo para evitar a reiteração delituosa, no caso concreto, consiste em mera ilação, até porque os supostos corruptores estão presos cautelarmente", escreveu Lillian Romero, referindo-se aos outros envolvidos na compra de votos de vereadores para votar contra abertura da Comissão Processante da Centronic, que

envolve o prefeito Barbosa Neto (PDT). "A aplicação de medida cautelar, por conveniência da instrução criminal, também não se sustenta."

O advogado de Eloir Valença, André Cunha, afirmou que "meros indícios não podem justificar o afastamento". "A Justiça entendeu o que vínhamos afirmando: que não há provas contra o Eloir. Agora ele retomará sua carreira política." Ontem, a Câmara ainda não havia sido notificada da decisão do TJ.



24 MAI 2012

FOLHA DE LONDRINA

# Alysson se apresenta e quer cooperar com o Gaeco

Depois de estar foragido por cinco dias, ex-diretor da Sercomtel envolvido em suposta compra de voto na Câmara retorna à prisão

O ex-diretor de Participações da Sercomtel Alysson Tobias de Carvalho, que esteve foragido da Justiça por cinco dias, se apresentou ontem e mostrou o desejo de cooperar com as investigações que apuram suposto esquema de compra de votos na Câmara de Londrina, comandado por pessoas ligadas ao prefeito Barbosa Neto (PDT).

Alysson admitiu aos promotores do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) o interesse pela delação premiada quando o investigado busca redução de eventuais penas através da colaboração com o procedimento investigatório. Contudo, antes de depor formalmente, o ex-diretor passou mal e precisou ser atendido por socorristas do Samu. Após avaliação clínica, Alysson foi encaminhado para o Hospital da Zona Sul, onde ficou até às 18h. Em seguida, acabou transferido para a penitenciária.

Antes de ser levado para a sede do Gaeco ontem pela manhã, Alysson passou a madrugada no Centro de Triagem da 10ª Subdivisão Policial, depois de ter se apresentado na Penitenciária Estadual de Londrina (PEL2), onde chegou de táxi e

**Advogado diz que cliente tem interesse em colaborar com MP**

sozinho. "Ele ficou aqui (no Gaeco) porque manifestou a vontade de cooperar, esclarecer os fatos, mas a chegada dos advogados coincidiu com a reclamação do estado de saúde dele e, então, solicitamos a presença do atendimento médico", explicou o promotor Cláudio Esteves.

Alysson foi encaminhado para o HZN por volta das 11h30. Anteriormente, na primeira vez que foi preso, ele já havia passado seis dias internado no Hospital do Coração com quadro de sangramento intestinal.

O advogado Miguel El Kadri afirmou que o cliente tem interesse em contribuir com as investigações, mas não quis confirmar se teria acontecido ontem o acordo sobre a delação premiada.

"Desde o primeiro momento a intenção é que ele contribua com as investigações e diga a verdade", afirmou o advogado.

Alysson ficou preso por 12 dias, até conseguir habeas corpus no plantão do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, que acabou sendo revogado uma semana depois. Desde o dia 18 de maio, o paradeiro dele era des-

conhecido. "(Alysson) teve a liberdade determinada pelo Tribunal e saiu para descansar e após a volta, quando conseguimos contato, tão logo foi informado que deveria se apresen-

tar, ele se apresentou", disse El Kadri.

O advogado informou que a decisão de se apresentar foi do próprio Alysson, "que já teve até briga em família por conta de toda essa situação".

Segundo o promotor, caberá ao ex-diretor da Sercomtel a decisão de contar mais detalhes sobre o suposto esquema criminoso. "Não vamos insistir nisso (delação premiada), nem chamá-lo, mas se ele tiver o desejo de cooperar ele tem advogados para isso." El Kadri apresentou um pedido de habeas corpus ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), no último dia 20, que está sob análise do Ministro Jorge Mussi.

Além do próprio Alysson, figuram como réus em ação penal, acusações de formação de quadrilha e corrupção, o ex-secretário de Governo Marco Cito, o chefe de Gabinete Rogério Lopes Ortega, o ex-presidente da Sercomtel Roberto Coutinho Mendes, o empresário e representante da cooperativa de recicláveis Cooprelon, Ludovico Bonato e o vereador afastado Eloir Valença (PHS).



24 MAI 2012

## FOLHA DE LONDRINA

# Prefeitura rejeitou desconto de R\$ 110 mil na compra de livros

A Comissão Especial de Inquérito (CEI) da Educação divulgou ontem que a Prefeitura de Londrina pagou o valor integral na compra da coleção de livros "Vivenciando a Cultura Afro-brasileira e Indígena", apesar de ter recebido a oferta de um desconto de 18%. A informação foi confirmada pelo presidente da CEI, vereador Rony Alves (PTB), após análise de nota de empenho e do DOC bancário feito pela administração à Editora Ética.

"A primeira proposta da Editora Ética era pela venda da metade da quantidade de livros, com desconto de 20%. Depois, a proposta era pela compra de 13,5 mil livros, mas com um desconto menor (18%). Apesar disso, a Prefeitura pagou o valor total, ou seja, R\$ 621 mil, sendo que poderia ter um desconto de cerca de R\$ 110 mil", explicou Alves, ressaltando que por esse motivo o depoimento da ex-secretária municipal de Educação Karin Sabec e do ex-secretário de Gestão Pública Marco Cito são tão importantes para a investigação.

A CEI investiga supostas irregularidades na compra por carona de kit de uniformes e a dispensa de licitação para a aquisição de livros didáticos considerados racistas por entidades de classe e Ministério Público.

Marco Cito - preso há um mês por suposta corrupção ativa e formação de quadrilha - vai ser encaminhado da Penitenciária Estadual de Londrina 2 (PEL 2) para a Câmara na próxima segunda-feira para prestar esclarecimentos em relação aos assuntos investigados. O depoimento foi ordenado pelo juiz da 3ª Vara Criminal, Katsujio Nakadomari, atendendo pedido feito pela CEI.

Karin Sabec deveria ter prestado esclarecimentos ontem à tarde, mas não compareceu. Ela assinou nova convocação para a próxima quarta-feira,

24 MAI 2012

## FOLHA DE LONDRINA INFORME

### **Cargos para o Judiciário**

O projeto que antecipa a eleição da mesa diretora da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná para outubro foi aprovado anteontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, assim como o projeto de autoria do Judiciário que cria 220 cargos comissionados para o órgão.

### **'Auxílio-livro' de R\$ 3 mil**

Já outro projeto do Judiciário, que prevê "auxílio-livro" de R\$ 3 mil para todos os juízes, recebeu pedido de vistas do deputado Calto Quintana (PMDB). Quatro membros da CCJ já estão inclinados a votar contra mais este benefício ao Judiciário, por acreditarem ser inconstitucional.

# FOLHA DE LONDRINA

MILITÃO

24 MAI 2012



A desembargadora Joeci Machado Camargo, do Tribunal de Justiça do Paraná, pretende levar o projeto Justiça no Bairro para outras comarcas do Norte Pioneiro no segundo semestre deste ano. As datas e localidades ainda serão definidas. Ela acompanhou de perto os trabalhos realizados no começo do mês no Centro de Eventos Emílio Carazzai, em Cornélio Procopio, e ficou muito satisfeita com o resultado. O projeto contou com a participação de 100 voluntários, entre alunos e professores de várias instituições que trabalharam no atendimento à população de várias cidades. No total, foram atendidas cerca de 6 mil pessoas naquele dia. A desembargadora Joeci Machado Camargo, que é londrinense, sempre honra e atenciosa com todos.

24 MAI 2012

FOLHA DE LONDRINA

# CNJ quer priorizar ações de improbidade

Micaela Orkasa  
Reportagem local

A corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Eliana Calmon, afirmou que processos relativos a improbidade administrativa e desvio de dinheiro público são prioridade do CNJ. Ela defende a implantação de milhares de juízes para dar julgamento prioritário a processos desta natureza. "Esses milhares são como analgésicos. O Poder Judiciário está abarrotado de processos e em lugares onde a situação está mais caótica, nós chegamos para dar um choque de gestão. O importante não é tirar o processo de dentro do tribunal, mas a política que a gente cria", declarou. Eliana esteve ontem em Londrina, onde proferiu palestra.

Em Londrina, muitas ações civis públicas relativas a desvios no governo do ex-prefeito Antonio Belinati (1997-2000) estão paradas no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ações penais estão prescrevendo. A Promotoria de Defesa do Patrimônio Público de Londrina encaminhou ao CNJ relação com 43 ações penais e civis públicas do caso AMA/Comurb, tidas como importantes para serem inseridas no projeto nacional de milhares. "O Paraná apresenta alguns problemas e, por isso, estamos muito atentos aos casos do Estado", declarou a corregedora, sem definir prazos para tais milhares.

Uma das causas indiretas para demora na tramitação dos processos, apontou a corregedora, é que "esses assuntos de improbidade têm um cunho político muito forte e isso termina por atrapalhar. São defesas exacerbadas, onde vão saindo por evasivas processuais. Mas os juízes estão atentos para efetivamente darem cumprimento a essas ações".

Para isso, Eliana Calmon ressaltou que o CNJ está "em cima" das corregedorias locais, cobrando informações e monitorando os processos disciplinares que estão em curso, inclusive em caso de arquivamento. Segundo ela, é preciso fortalecer o papel das corregedorias locais para que elas tenham independência financeira e administrativa.

A promotora de Defesa do Patrimônio Público, Leila Voltarelli, que acompanhou a palestra na Escola da Magistratura, disse que além da demora na Justiça de Londrina, há "recursos no Superior Tribunal de Justiça que aguardam julgamento há quase cinco anos".

A corregedora disse que o CNJ pouco pode fazer sobre a demora nos tribunais superiores. "Nos tribunais superiores, temos um pouco mais de dificuldade, porque eles não aceitam a interferência do CNJ", resumiu. "Mas, de qualquer forma, estamos também oficiando. Agora, em relação ao Supremo Tribunal Federal, nada podemos fazer porque o CNJ não tem autoridade."

A promotora acredita que algumas ações, devido ao prazo de prescrição, precisam de julgamento mais rápido. "Essas ações precisam de um julgamento diferenciado e mais célere, pois existem muitas ações propostas no ano 2000, que não estão sequer na pasta de processo regular", afirmou a promotora, revelando que Londrina tem um número acima da média de ações civis públicas por improbidade. "O Ministério Público espera que haja aplicação da lei naquilo que for cabível e em muitos casos, estamos esperando uma condenação."

**CONTINUA**

24 MAI 2012

# FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Para ministra  
Eliana Calmon,  
a agilidade no  
julgamento dos  
processos é  
possível  
através de  
mutirões



*"O Paraná apresenta alguns problemas e estamos atentos aos casos do Estado", declarou a corregedora do CNJ*

24 MAI 2012

## FOLHA DE LONDRINA

# Aprovada emenda que estende ficha limpa a cargos de confiança

**Gabriela Guerreiro**  
*Folhapress*

**Brasília** - A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem proposta de emenda constitucional que estende a lei da Ficha Limpa para servidores públicos e autoridades que ocupem cargos em comissão ou funções de confiança. A proposta prevê que, quem for considerado inelegível, não poderá nem ser nomeado em cargo comissionado ou de confiança.

Pelo texto, se o funcionário já estiver no exercício do cargo, terá que ser exonerado. Se ele for efetivo, mas ocupar uma função de confiança ou cargo em comi-

são, deve passar a ocupar apenas o cargo efetivo. Para entrar em vigor, a PEC precisa ser aprovada pelo plenário do Senado e, depois, pela Câmara dos Deputados.

"A lei da Ficha Limpa representou significativo avanço democrático para evitar a participação, em cargos eletivos, de pessoas que não atendem as exigências de moralidade e probidade. A adoção da ficha limpa para cargos em comissão ou função de confiança contribuirá para extirpar da administração pública aqueles que cometem ilícitos envolvendo o dinheiro e os demais bens públicos", disse o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), relator da PEC na comissão.

O senador Pedro Taques (PDT-MT), autor da proposta, disse que a ficha limpa deve atingir servidores e autoridades indicadas politicamente para garantir maior "moralidade" aos serviços públicos.

"Para a adequada e fundamental concretização do princípio da moralidade, não basta que os brasileiros condenados judicialmente não participem do pleito eleitoral. Essa exigência deve ser também requisito para investidura e nomeação em cargo de comissão para os brasileiros em geral e para os servidores públicos efetivos e para concessão de chefia de confiança", afirmou.

## MILITÃO

### Está na 5ª Câmara do TRT ação trabalhista quidnunc

Se bem me lembro, um saudoso professor de Latim disse certa vez, à minha turma do ginásio, que a expressão latina "Quidnunc" significaria também "gerar expectativa". No vestibular que prestei e passei para o curso de Direito, na Faculdade Estadual no Hugo Simas, que deu origem à UEL, vieram algumas questões das Catilinárias, relatando o combate de Cícero contra as tramóias de Catilina, no Senado Romano. Dito isso, data vênica, voltamos às questões da nossa urbe, que poderiam bem repetir a exclamação daqueles momentos: "Ó tempora, ó mores". Ou "ridendo castigat mores", como dizia dom Geraldo Fernandes, meu estimado professor de Direito Romano. Advogados londrineses e partes interessadas aguardam desfecho de ação trabalhista que se encontra na 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho, em Curitiba, envolvendo curso de Direito daqui, que vem gerando grande expectativa pelo tempo de espera. Uma decisão "quidnunc" nos meios acadêmicos, comentam por aqui.

24 MAI 2012

## FOLHA DE LONDRINA

# Presos suspeitos de aliciar adolescente para prostituição

**Curitiba** - Um homem de 35 anos e uma mulher de 20 foram presos na noite de terça-feira por supostamente aliciar uma adolescente de 17 anos para prostituição em Curitiba. Eles são responsáveis por uma casa noturna na Rua das Carmelitas, no bairro Hauer.

Neste local, os policiais encontraram uma adolescente de 17 anos que fazia programas por R\$ 220 por hora. Segundo o delegado do 7º DP, Amarildo Antunes, a mãe da garota procurou a polícia no início da semana para denunciar o crime. "Montamos uma campanha próximo à casa noturna e esperamos a adolescente aparecer no local, pois nossa preocupação era que alguém pudesse esconder a vítima no caso de uma batida policial", disse o delegado.

Com a adolescente, os policiais encontraram papéis referentes à contabilidade da casa noturna e uma carteira de identidade de uma outra pessoa maior de idade, que seria usada para burlar uma eventual fiscalização. Segundo a polícia, a jovem alegou que o documento era emprestado.

"Além das declarações da adolescente, confirmando a exploração sexual, foi apreendido também um caderno onde eram contabilizados os programas feitos por ela e por outras mulheres", acrescentou Antunes.

Os suspeitos responderão por favorecimento à prostituição de vulnerável. A pena pode chegar a dez anos de prisão.



24 MAI 2012

## FOLHA DE LONDRINA

### **Recém-nascido é encontrado em caixa de papelão**

**Curitiba** - Um recém-nascido foi abandonado dentro de uma caixa de papelão na Rua Caroline Beatriz de Cristo, em Rio Branco do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba. A menina foi encontrada por um policial militar por volta das 7 horas da manhã de ontem e encaminhada para o hospital municipal da cidade. O bebê ficou cerca de 5 horas em uma incubadora. De acordo com a diretora do hospital, Zilda Castro, a menina passa bem. O bebê chegou ao hospital ainda com o cordão umbilical.

25 MAI 2012

**CORREIO PARANAENSE**

## Acidente mata três funcionários do TJ



Um acidente na região de Ortigueira matou três funcionários do Tribunal de Justiça do Paraná, que voltavam de evento oficial em Arapongas. Morreram

um funcionário do cerimonial, uma assessora de imprensa e o motorista. A presidência do TJ decretou três dias de luto oficial.

# Acidente mata três funcionários do TJ

**Incidente foi na BR-376, em Ortigueira, nos Campos Gerais**

Três funcionários do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) morreram em um acidente na manhã de ontem (24), na BR-376, em Ortigueira, na região dos Campos Gerais. De acordo com a Polícia Civil, o carro em que os três estavam rodou na pista e bateu na lateral de um caminhão. Em seguida, o carro pegou fogo. Eles faleceram na hora. O motorista do caminhão teve ferimentos leves.

O supervisor do ceri-



Funcionários do Tribunal de Justiça morreram na hora

monial Adilson Teixeira Costa, a assessora de

imprensa Cleuza Aparecida de Carvalho e o

motorista da presidência Rene Jorge Ferreira haviam participado de um evento em Arapongas, próximo a Londrina, na noite da última quarta-feira (23) e na manhã de ontem retornavam para Curitiba.

Em nota, o presidente do TJ-PR comunicou que vai decretar luto oficial de três dias, a partir desta quinta-feira (24). O velório será realizado na capela do Tribunal em horário a ser definido.

25 MAI 2012

## METRO

### Acidente mata 3 funcionários do TJ

Uma batida de frente com um caminhão matou, na manhã de ontem, três funcionários do Tribunal de Justiça do Paraná. Morreram Adilson Teixeira Costa, supervisor do cerimonial; Cleuza Aparecida de Carvalho, assessora de imprensa, e Rene Jorge Ferreira, motorista da presidência.

O acidente ocorreu no km 345 da BR-376 perto da cidade Ortigueira. Os funcionários estavam em um Renault Scénic, e colidiram com uma carreta. No horário, havia muita neblina e chuva na estrada.

#### Luto

O presidente do Tribunal de Justiça, Miguel Kfoury Neto, decretou ontem três dias de luto oficial em todos os departamentos judiciários do Paraná. O velório dos funcionários será realizado na Capela do Tribunal de Justiça, em Curitiba, em horário a ser definido.

25 MAI 2012

## METRO

# Justiça proíbe mulher de ter cães em sua residência

Depois de um abaixo-assinado de vizinhos, uma moradora do Boqueirão foi obrigada ontem pela Justiça a retirar os cachorros de sua casa. Além disso, ela está proibida também de receber novos cães.

O Ministério Público recebeu as queixas dos vizinhos, que alegavam excesso de barulho. Segundo a denúncia feita pelo promotor de Justiça Sérgio

**R\$50** é a multa diária que a moradora terá que pagar, caso não retire os cachorros.

Luiz Cordoni, os cachorros se encontravam em más condições de higiene, sem abrigo e alimentação adequados, sendo caracterizados, assim, os maus-tratos aos animais.

## Empresa é condenada a pagar por mordida

O Tribunal de Justiça condenou ontem uma empresa a pagar R\$ 15 mil indenização para um garoto que foi mordido por cães de guarda do comércio. O caso ocorreu em novembro de 2007, quando o menino tinha 9 anos de idade.

Ele jogava futebol na rua quando, por acidente, prendeu o pé nas grades do local. A criança não teve ferimentos graves, mas mesmo assim o tribunal entendeu que a empresa foi negligente ao não impedir o contato.

25 MAI 2012

# METRO

## Atendimento jurídico chega a 2 mil pessoas

Hoje, no dia do Defensor Público, a prefeitura oferecerá na Boca Malhada atendimento jurídico gratuito. Entre 9h e 17h, as pessoas podem tirar dúvidas e encaminhar documentos relacionados a serviços jurídicos nas áreas cível, criminal e de família.

O serviço vem sendo oferecido em parceria com a Defensoria Pública Estadual e já passou por diversas regionais. Já foram atendidas perto de 2 mil pessoas. Para ser recebido, é preciso apresentar comprovante de renda menor de três salários mínimos, ou declaração de impossibilidade financeira.

### Agenda

Veja os próximos locais em que haverá atendimento gratuito na capital.

#### Bairro Novo

No dia 30 de maio, na Rua da Cidadania Bairro Novo - Tijucas do Sul, 1.700, Sítio Cercado.

#### Pinheirão

No dia 13 de junho na Rua da Cidadania Pinheirão - Av. Winston Churchill, 2033 (ao lado do Terminal do Pinheirão).

#### Centro

No dia 20 de junho, acontece o último atendimento, na Rua da Cidadania Matriz - Praça Rui Barbosa.

# METRO

## Direito de família contemporâneo é debatido

Começou ontem o Simpósio Paranaense de Direito de Família Contemporâneo, que reúne profissionais e estudantes de Direito, contadores, cartorários, juizes, promotores e outros especialistas no auditório da OAB-PR. As inscrições podem ser feitas no evento, que acontece entre 18h30 e 22h.

Essa é a quarta edição do simpósio, que vai debater consequências patrimoniais em situações de casamentos e de sucessão, segundo a presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família no Paraná, Adriana Hapner.

"São temas que geram muitas dúvidas, como o que deve ser partilhado e quem fica com os bens, no caso de óbitos e em vida", comenta Hapner, que também é presidente da Comissão de Direitos de Família da OAB-PR.

A abordagem é prática, com discussão de que caminhos podem ser tomados preventivamente e também depois de instalada a ação.

"Buscamos a evolução do Judiciário e ajudamos os advogados na formulação de teses que defendam diferentes pontos de vista, levando em consideração as normas legais e os princípios constitucionais, adaptados à realidade", diz. ● METRO CURITIBA

**"A lei não consegue prever todo tipo de situação envolvendo direito familiar. É uma área dinâmica. Por isso focamos a abordagem prática."**

ADRIANA HAPNER

# 24 MAI 2012

## Recém nascida é encontrada em caixa de papelão

Uma menina recém nascida foi abandonada ontem, dentro de uma caixa de papelão em Rio Branco do Sul, Região Metropolitana de Curitiba. Ela ainda estava com o cordão umbilical quando foi encontrada por uma moradora do bairro Centro Alto.

No Hospital Municipal de Rio Branco, ela foi batizada pelas enfermeiras como Clara Luz, por ter sido resgatada nas primeiras horas da manhã. A recém nascida não corre risco de vida e, depois de ser liberada do hospital, deve ser encaminhada para o orfanato Lar Primavera, onde aguardará adoção.

## STF divulgará salários dos ministros na web

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu na noite de anteontem que vai publicar na internet o salário de ministros, ex-ministros e funcionários, com os respectivos benefícios.

A decisão, unânime, atende a Lei de Acesso à Informação, em vigor desde o dia 16 de maio deste ano. A Lei de Acesso à Informação obriga os órgãos públicos a prestarem informações sobre suas atividades a qualquer cidadão interessado.

O presidente do STF, ministro Carlos Ayres Brito, afirmou que os brasi-

leiros que pagam impostos têm o direito de saber qual é a remuneração dos servidores públicos. A folha de pagamento será divulgada integralmente, com os nomes dos servidores, cargos que ocupam e a remuneração bruta mensal.

Por questões de segurança, o ministro Ricardo Lewandowski inicialmente foi contra a divulgação dos nomes, mas acabou votando com os colegas.

Durante a sessão, os ministros defenderam a tese da "verdade remuneratória". "Sou a favor de abrir geral. Não há nenhuma ra-

ção para não se publicar tudo", afirmou a ministra Cármen Lúcia. "Defendo transparência sem qualquer restrição", completou o ministro Luiz Fux.

Em 2009, o STF já havia julgado iniciativa da Prefeitura de São Paulo de divulgar os salários na internet. Na ocasião, os ministros do Supremo julgaram a medida constitucional.

Por enquanto, a divulgação valerá apenas aos servidores do STF. Uma nova sessão deverá estender a norma para o Poder Judiciário de todo o país.

## Comissão da Verdade é tema de palestra em Curitiba

O secretário Nacional de Justiça e presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Paulo Abrão, fará hoje, a partir das 10h, a palestra "Direito à verdade como resultado da complementaridade de

ações entre a Comissão da Verdade e os Tribunais", na UniBrasil.

Ele é professor convidado do curso de Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília e do Programa Mestrado

em Derechos Humanos, Interculturalidad y Desarrollo, em Sevilha, na Espanha. Abrão é autor de vários livros e artigos relacionados à memória política, anistia e justiça de transição.

● METRO CURITIBA

## CCJ aprova Ficha Limpa para servidor

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado aprovou ontem proposta de emenda constitucional que estende a lei da Ficha Limpa para servidores públicos e autoridades que ocupem cargos em comissão ou funções de confiança.

O texto prevê que o candidato a um cargo público, condenado em segunda instância, não será nomeado. Pela proposta, apresenta-

da pelo senador Pedro Taques (PDT-MT), o funcionário que já estiver no quadro será exonerado. "A medida vale a União, Estados, municípios e para Legislativo", explica o senador.

Após a CCJ, o texto segue agora para o plenário do Senado, onde terá que passar por duas votações. Se aprovado, ainda terá que ser votado na Câmara.

A presidente Dilma Rousseff avalla um decreto presidencial adotando a regra para o funcionalismo da União.



24 MAI 2012

## TRIBUNA DO PARANÁ

### Auxílio-livro na Justiça

Cada um dos 120 desembargadores e mais de 700 juízes do Paraná poderão receber auxílio-livro de R\$ 3 mil por ano, de acordo com projeto de lei encaminhado pelo Tribunal de Justiça para a Assembleia Legislativa. De acordo com a proposta, apreciada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na terça-feira, mas ainda não votada, o benefício seria pago em forma de reembolso e os magistrados poderiam adquirir livros, software e demais obras jurídicas publicadas em mídia impressa ou eletrônica.

O TJ argumenta a necessidade de "aprimoramento intelectual da Magistratura" constante. De acordo com o projeto de lei, a verba para este benefício viria do Fundo de Reequipamento do



Judiciário (Funrejus) e recebeu parecer favorável do Tribunal de Contas do Estado (TCE), no sentido que a medida poderia ser adotada.

#### Contra

O deputado petista Tadeu Veneri (foto), relator da proposta na CCJ, se posiciona contra a proposta que, segundo ele, é inconstitucional, pois "não fala que ficaria (livro ou softwares) com a comarca ou Tribunal. Então, você está transferindo o recurso público para a pessoa física", afirmou o deputado, defendendo a utilização do recurso para melhorias do sistema.

Antônio Shano, presidente da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais e magistrado aposentado do Rio de Janeiro, que atualmente vive no Paraná, defende a proposta.

TRIBUNA DO PARANÁ

Teto

# AL gasta mais

24 MAI 2012

Cada gabinete de deputado tem direito a 23 cargos comissionados. Limite de despesa passa a R\$ 78 mil

A partir de hoje, os deputados estaduais terão mais R\$ 18 mil mensais por gabinete para contratação de comissionados. Apesar de a legislação anterior dar margem para que o gasto com essas despesas chegasse até a R\$ 160 mil, na prática, cada gabinete usava em média R\$ 60 mil. Agora, o limite passa a ser de R\$ 78 mil. Cada gabinete tem direito à contratação de 23 funcionários comissionados com essa verba. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da Assembleia Legislativa, Valdir Rossoni (PSDB).

Apesar de anunciar redução de 50%, na prática trata-se do aumento de 10,8% no teto da verba para contratação de comissionados. Para Rossoni, entretanto, a medida é importante por corrigir falha da legislação anterior, que permitia interpretações diferentes para a distribuição dos recursos. A última revisão da verba para contratação de comissionados foi em 2010. O deputado ainda frisa que a distribuição dos valores relativos a cada gabinete é de responsabilidade dos parlamentares.

## Salários

Rossoni também anunciou ontem que a Assembleia vai publicar os salários de todos os seus servidores no Portal da Transparência. Desta forma, o parlamentar pretende conceder à população a possibilidade de acompanhar e fiscalizar os gastos com o quadro de funcionários. No entanto, a publicação dessas informações ainda depende de ajustes técnicos. A ideia é que a divulgação seja em conjunto com o Ministério Público do Paraná (MP-PR), os tribunais de Justiça, de Contas e o governo.

# 25 MAI 2012

## TRIBUNA DO PARANÁ

### TJ em luto por mortes na BR

Três funcionários do Tribunal de Justiça do Paraná morreram carbonizados em um acidente no quilômetro 345 da BR-376, entre Ortigueira, nos Campos Gerais, e Mauá da Serra, no Norte do estado, por volta das 8h50 de ontem. O automóvel colidiu de frente contra um caminhão e os veículos pegaram fogo. Morreram a assessora de imprensa Cleuza Aparecida de Carvalho, o supervisor de cerimonial Adilson Teixeira Costa, e o motorista da presidência do TJ, Rene Jorge Ferreira.

Os três estavam num Scenic oficial, que bateu de frente com uma carreta, com placas de São Paulo e carregada com polietileno, conduzida por Valdinei Jorge Barbosa dos Santos, 40 anos. O motorista disse à polícia que havia muita chuva e neblina na hora do acidente e que o Scenic teria passado reto numa curva. O caminhoneiro teve apenas ferimentos leves. Os corpos foram levados ao Instituto Médico-Legal de Ponta Grossa. A pista ficou parcialmente bloqueada e o trânsito funcionou no sistema pare e siga, até parte da tarde.

#### Retorno

O grupo retornava a Curitiba, após participar da inauguração da 2.ª Vara Cível de Arapongas, na noite de quarta-feira. O presidente do TJ, Miguel Kfourí Neto, também participou do evento, mas não estava no carro com as vítimas. Kfourí Neto decretou luto oficial de três dias, em todas as repartições judiciárias do Estado. O velório será realizado na capela do TJ, em horário que ainda não havia sido determinado, até o fechamento desta edição.

# Vítima filma abuso

Homem é preso por molestar sexualmente a enteada, de 12 anos, e a filha, de 5. Pra comprovar o crime, menina mais velha registrou tudo no celular

**U**m aposentado, de 54 anos, foi parar atrás das grades ontem, em Fazenda Rio Grande, depois de ser denunciado por abusar da enteada de 12 anos e da filha de apenas 5. Enquanto a mulher trabalhava, ele permanecia na residência e molestava as duas menores. O filho dele, que é gêmeo da menina, também ficava em casa e a polícia acredita que ele também era alvo de abuso.

Segundo o delegado José Sudário, a garota mais velha contou à mãe o que sofria somente algumas semanas atrás. "Ela pediu para filha que gravasse tudo com o celular. Essas provas estão em nossas mãos. São imagens fortes. Ele batia nelas, é um doente", afirmou o policial. O delegado explicou que com a menina de 12 anos, o tarado consumou o ato sexual. A garota teria mostrado as imagens à uma professora, que denunciou o homem pelo telefone 100, da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal.

## Pressão

Sudário revelou que os menores não contaram nada antes, porque apanhavam e sofriam pressão psicológica. "O homem dizia que, caso eles contassem à alguém, seriam mandados para um orfanato", descreveu o delegado. Depois de serem ouvidas, as crianças foram encaminhadas para exame médico e acompanhamento psicológico. O homem permanece na carceragem até ser transferido para um presídio. No momento da prisão, ele vestia roupas íntimas femininas e a mulher dele confirmou que era um costume frequente.

# TRIBUNA DO PARANÁ

## Juristas aliviam cópias de CDs

A comissão de juristas que discute mudanças ao Código Penal aprovou ontem proposta que descriminaliza o ato da pessoa fazer cópia integral de uma obra para uso pessoal, desde que não tenha objetivo de lucro. Com a decisão, quem fizer a cópia deixa de ser enquadrado pelo crime, previsto no atual código, de "violação do direito autoral".

Dessa forma, a cópia de um CD de música ou de livro didático para uso próprio deixaria de ser crime. Atualmente, a pena para os condenados pela conduta pode chegar a até quatro anos. O texto aprovado pela comissão ficou com a seguinte redação: "não há crime quando se tratar de cópia integral de obra intelectual ou fonograma ou videofonograma, em um só exemplar, para uso privado e exclusivo do copista, sem intuito de lucros direto ou indireto".

### Prazo

O colegiado tinha prazo até o final do mês para entregar o anteprojeto do novo código ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). Mas os trabalhos foram prorrogados até 25 de junho. As sugestões dos juristas poderão compor um único projeto ou incorporadas a propostas já em tramitação no Congresso.

## 25 MAI 2012

### Cães

Justiça determina que uma moradora do Boqueirão realoque para local apropriado diversos cães sob sua responsabilidade, e pare de receber novos animais. A decisão afunde a ação civil pública proposta pelo Ministério Público no mês passado, com base em denúncias de maus-tratos. Em caso de descumprimento da decisão, a Justiça determina multa diária de R\$ 50.

24 MAI 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# "Julgamento do mensalão não pode ser juízo de exceção"

Julgamento do mensalão pode se estender por mais de seis semanas.

Dez grandes nomes do Direito Penal brasileiro assinam um documento que foi entregue aos ministros do Supremo Tribunal Federal pedindo que o julgamento da Ação Penal do caso do mensalão não seja transformado em um juízo de exceção. O documento, que traz outros pedidos, foi entregue pessoalmente, em audiência de uma hora, pelos criminalistas Márcio Thomaz Bastos, José Carlos Dias e Arnaldo Malheiros Filho.

Além deles, também assinam a peça os advogados Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, Antônio Carlos Mariz de Oliveira, Marcelo Leonardo, Alberto Zacharias Toron, José Luiz Oliveira Lima, Flávia Rahal, Celso Sanchez Vilardi e Luiz Fernando Pacheco. "Em volume de trabalho esse é, certamente, o maior processo da história da Suprema Corte", dizem. Segundo os dez, "a incomum quantidade de denunciados, de advogados, de páginas, de tempo para acusação, defesa e votos naturalmente exige providências especiais sem, no entanto, que seja possível fazer um juízo de exceção, expressamente vedado pela Carta Constitucional". Apesar disso, "não há razão para que se trate desse feito de modo tão diferente de todos os demais, de igual ou maior importância".

Os advogados lembram que a apreciação da liminar da denúncia já deu mostras das dificuldades que um julgamento desse porte pode causar. "Não é somente o tribunal que precisa se estruturar para tarefa desse sôlego. É fundamental que os Senhores Ministros tenham em mente que não é possível suprimir a garantia de ampla defesa pela inviabilização material de seu exercício", avisam. Por isso, eles pedem, por exemplo, que intimações sejam feitas com 30 dias de antecedência, que as sessões aconteçam em, no máximo, dois dias de cada semana e que apenas três advogados sejam ouvidos por sessão.

**25 MAI 2012**

## **INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

### **Atendimento jurídico gratuito será realizado na Boca Maldita**

Hoje quem passar pela Boca Maldita, entre 9h e 17h, poderá tirar dúvidas e encaminhar documentos relacionados a serviços jurídicos nas áreas cível, criminal e de família, gratuitamente.

### **Atendimento jurídico gratuito será realizado na Boca Maldita**

Hoje quem passar pela Boca Maldita, entre 9h e 17h, poderá tirar dúvidas e encaminhar documentos relacionados a serviços jurídicos nas áreas cível, criminal e de família, gratuitamente.

Para ser atendido, basta apresentar comprovante de renda ou declaração própria acerca da impossibilidade financeira. A renda mensal não pode ultrapassar três salários mínimos.

O atendimento jurídico na Boca Maldita faz parte da ação conjunta entre a Prefeitura de Curitiba e a Defensoria Pública do Estado, que vem oferecendo serviços gratuitos nas Regionais da cidade desde abril. A ação marcará também as comemorações do Dia do Defensor Público.

O serviço já passou pelas regionais Boa Vista, Cajuru, Santa Felicidade, Portão, Boqueirão e CIC. Já foram atendidas perto de 2 mil pessoas.



# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## Câmara aprova criação de 225 cargos de juiz

25 MAI 2012

A criação de 225 cargos de juiz federal de turmas recursais de Juizados Especiais, lotados em 75 turmas, também novas, está prevista no Projeto de Lei 1.597, de 2011, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. Pela proposta, os cargos serão preenchidos por concurso de remoção entre os juízes federais ou, na falta de candidatos, por promoção. Serão 120 cargos ocupados em 2012 e 105, em 2013. O texto segue para sanção presidencial. As informações são da Agência Câmara.

Segundo o autor da proposta, o deputado Paes Landim (PTB-PI), os Juizados Especiais Federais têm decidido causas complexas, que demandam instrução demorada. Essas decisões muitas vezes são objeto de recursos para as turmas dos Juizados Especiais Federais, que não dispõem de juízes exclusivos. "O projeto vai, então, criar uma estrutura permanente para as Turmas, que passarão a ter juízes dedicados à solução dessas demandas, em grau de recurso", explicou.

Uma das emendas principais propostas pelo Senado determina que os cargos de juiz federal de turmas recursais só sejam providos por juiz de carreira, via promoção ou remoção, quando não houver candidatos aprovados em concurso público. As turmas recursais hoje são implementadas por orientação de cada Tribunal Regional Federal, que também é responsável por indicar os juízes federais de primeira instância para atuar nas turmas recursais.

## RESOLUÇÃO

### Arrecadação de penas pecuniárias irá para projetos sociais

O plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, durante a 147ª sessão ordinária, resolução que destina o valor arrecadado com o pagamento das penas pecuniárias a projetos e entidades com finalidade social. As chamadas penas pecuniárias são alternativas para substituir aquelas privativas de liberdade, como a prisão em regime fechado. São aplicadas geralmente em condenações inferiores a quatro

anos (furto, por exemplo), desde que tenham sido cometidos sem violência ou grave ameaça.

De acordo com a resolução, os recursos pagos a título de pena pecuniária serão depositados em conta bancária judicial vinculada a Varas de Execução Penal (VEPs) ou Varas de Penas e Medidas Alternativas (VEPMAs). O dinheiro só poderá ser movimentado por ajuízo judicial.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## Mutirão conciliou processos de 25 MAI 2012 desapropriação no aeroporto de Londrina

A Justiça Federal do Paraná, por intermédio do CEJUSCON - Centro Judiciário de Solução de Conflitos, Mediação e Cidadania da Subseção Judiciária de Londrina (PR) realizou, entre os dias 14 a 17 de maio de 2012, audiências pré-processuais envolvendo a desapropriação de áreas do entorno do aeroporto de Londrina. A desapropriação foi feita para a realização de obras consideradas necessárias para a ampliação da pista, de modo a ser implantado o radar e o sistema ILS, que permite pousos e decolagens com mais segurança, mesmo em condições climáticas adversas.

Foram realizadas 44 audiências, em um total de 12 por dia, com a participação de seis juízes federais, das três varas cíveis, obtendo-se, ao final, um percentual de 100% de acordos.

O formato dessas audiências foi precedido de reuniões com os órgãos interessados, Infraero, União, Município e Estado, sendo enviadas, com antecedência às audiências, cartas-convite, pelo CEJUSCON e pela CEMAN - Central de Mandados, diretamente aos proprietários dos imóveis, bem como aos ocupantes e terceiros, como locatários e cessionários, com cópia dos laudos de avaliação. Isso permitiu que as referidas pessoas que são partes nestas ações pudessem comparar o preço da indenização a ser ofertada com o valor de mercado e, ainda, que pudessem consultar corretores de imóveis e advogados.

A Justiça Federal, por intermédio do CEJUSCON, colocou-se à disposição dessas pessoas para recebê-las e prestar informações sobre as desapropriações. As audiências foram coordenadas pelo Juiz Federal Gilson Luiz Inácio, Titular da 2ª vara Federal, Diretor do Foro e Coordenador do CEJUSCON, pelo Juiz Federal Substituto Rogério Cangussu Dantas Cahichi, Substituto da 2ª Vara Federal, Vice-Diretor do Foro e Coordenador da CEMAN e pelos Juízes Décio José da Silva e Stella Malvezzi, da 3ª Vara Federal e pelos Juízes Oscar Alberto Mezzaroba Tomazoni e Roberto Lima Santos da 1ª Vara Federal.

# FOLHA DE S. PAULO

## Ministra do STF abre contracheque com vencimentos de R\$ 33,1 mil

24 MAI 2012

A ministra do STF (Supremo Tribunal Federal) e presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Cármen Lúcia, divulgou ontem a cópia de seus contracheques com os vencimentos recebidos.

Os recibos mostram que ela recebe R\$ 26.723,13 do STF e R\$ 6.413,52 do TSE. Com o pagamento de tributos, seus rendimentos líquidos ficam em R\$ 17.877,49 e R\$ 5.406,33.

O salário do Supremo é o teto do funcionalismo público, mas o ministro do tribunal é o único que pode ultrapassar esse valor por receber a gratificação do TSE.

Em nota, a corte eleitoral diz que a publicação dos valores visa cumprir a Lei de Acesso à Informação.

Segundo a corte, a divulgação dos contracheques dos demais ministros e de seus servidores será discutida em sessão administrativa hoje.

O presidente do STF, Ayres Britto, afirmou ontem que começou a discutir com a área técnica como serão divulgadas as informações do tribunal.



Ministra do Supremo Cármen Lúcia

PODER JUDICIÁRIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL CNPJ: 00.831.840/0001-20		Demonstrativo do Pagamento			
Matrícula	Nome do Servidor			Situação	
01	CARMEN LUCIA ANTUNES ROCHA			ATIVO	
Função	Data de Exatidão				
017 - MIN - CADINTE - MINISTRA CARMEN LUCIA	STF/STF02				
Código	Tipo	Descrição	Parcela	Valor - R\$	
0006	R	QUINTA-FEIRA	1	20.723,13	
0001	D	FGTS	1	2.090,64	
8010	D	IR	1	5.703,90	
0401	D	STF - MRO CONTRIBUIÇÃO	1	129,14	
Previdência da Previdência Social		Margem Contribuinte - R\$	Bruto - R\$	Descontos - R\$	Líquido - R\$
22/05/2012		R\$ 7.804,80	R\$ 20.723,13	R\$ 6.845,04	R\$ 17.877,49
Previdência da Previdência Social		Margem Contribuinte - R\$	Bruto - R\$	Descontos - R\$	Líquido - R\$
12/05/2012		0,00	R\$ 6.413,52	1.007,19	R\$ 5.406,33

Contracheques do STF e do TSE divulgados pela ministra

# FOLHA DE S. PAULO

FERNANDO RODRIGUES

Lei de Acesso gera  
incômodo durante  
sua adaptação

24 MAI 2012

Há sinais de que setores do governo estão incomodados com as novas regras de transparência.

Essa atitude refratária de políticos e agentes públicos arrependidos com a vigência da Lei de Acesso à Informação não é uma novidade brasileira.

Em vários países que adotam a norma sempre há reticência no período de implantação.

Nos EUA, cuja lei é de 1966, o acesso a dados públicos começou para valer só após adaptações feitas pelo Congresso em 1974.

Ainda hoje, sobretudo depois do 11 de Setembro, muitas informações seguem difíceis de se obter.

No Reino Unido, a lei foi aprovada em 1999 e teve sua vigência adiada por cinco anos pelo então primeiro-ministro Tony Blair.

Não foi o suficiente para que vários dados causassem desconfortos.

Nas suas memórias publicadas em 2010 ("Uma jornada", editora Benvirá), Blair lamenta ter sido promotor da transparência.

"Acesso à informação. Três palavras inofensivas. Eu olho para essas palavras enquanto as escrevo e eu tenho vontade de balançar minha cabeça até que ela caia. Seu idiota. Seu ingênuo, tolo e irresponsável ignorante. Não há realmente descrição para essa estupidez."

Por causa da lei, Blair teve reveladas posições ambíguas quando precisava demonstrar apoio à invasão dos EUA ao Iraque.

24 MAI 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Câmara e Senado também vão divulgar salários de servidores

Congresso segue decisões do governo federal e do STF e publicará detalhes sobre vencimentos nas duas casas

**Poderes aguardam norma do Ministério do Planejamento que vai definir padrão para divulgar informações**

ERICH DECAT  
GABRIELA GUERREIRO  
DE BRASÍLIA

Os presidentes do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), decidiram ontem que divulgarão os salários dos servidores das duas Casas, como o Poder Executivo e o Supremo Tribunal Federal (STF) também farão.

A expectativa é que até amanhã o Ministério do Planejamento publique um ato normativo estabelecendo um padrão a ser adotado pelos três Poderes na divulgação dos salários dos servidores.

No caso do Executivo, as informações deverão ficar concentradas no portal da Controladoria-Geral da República (CGU) na internet.

A decisão do governo de ampliar a transparência sobre os salários pagos na administração pública foi tomada na semana passada, quando a nova Lei de Acesso à Informação entrou em vigor.

Decreto da presidente Dilma Rousseff, que regulamentou a lei, determina a divul-

gação de dados detalhados sobre a remuneração recebida pelos servidores públicos, de forma individualizada.

Atualmente, o governo publica tabelas genéricas de vencimentos e indica os cargos ocupados por seus funcionários, mas não informa quanto cada um ganha além do salário básico da função.

A forma de divulgar as informações será definida pelo Planejamento. A tendência é que o Executivo recomende a divulgação com os nomes completos dos servidores.

Essa alternativa é contestada por entidades do funcionalismo. Elas dizem que isso põe em risco a segurança de seus associados e prometem

recorrer à Justiça caso a regra seja colocada em prática.

Além dos salários, o decreto presidencial determina que sejam divulgados auxílios, ajudas de custo, jetons e outras vantagens, bem como proventos de aposentadorias que estiverem na ativa.

"Vamos esperar que o Ministério do Planejamento dite a portaria normativa sobre como fazer. O próprio decreto determina que o Planejamento faça um [ato] normativo", afirmou Sarney. "Todos os Poderes estão seguindo o mesmo procedimento."

"Os Poderes estão em sintonia com os anseios da sociedade", disse Marco Maia. Segundo ele, a tendência é que "a informação seja nominal, com o salário recebido por cada um dos funcionários e suas gratificações".

Os dois congressistas fizeram o anúncio um dia depois de os ministros do STF decidirem que divulgarão nome, salário e demais benefícios de todos os servidores, incluindo os atuais 11 ministros e os ex-integrantes da corte.

A decisão dos membros do tribunal foi tomada antes mesmo da publicação da norma do Ministério do Planejamento. Inicialmente, ela só vale para o Supremo, mas a decisão poderá servir futuramente de modelo para os demais tribunais do país.

**“ Todos os Poderes estão seguindo o mesmo procedimento ”**

JOSÉ SARNEY (PMDB-AP),  
PRESIDENTE DO SENADO

**“ Os Poderes estão em sintonia com os anseios da sociedade ”**

MARCO MAIA (PT-RS),  
PRESIDENTE DA CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

24 MAI 2012

# FOLHA DE S. PAULO

ANÁLISE JOAQUIM FALCÃO

## Transparência dos Poderes é necessidade da democracia

A decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), por unanimidade, de publicar salários e benefícios de seus ministros, servidores, e aposentados individualmente tem duas consequências.

A primeira é o exemplo para todo o Judiciário. É hora de cumprir a lei. A segunda é que o tribunal recusou, na prática, os argumentos do presidente da AMB (Associação dos Magistrados do Brasil), Nelson Calandra, contra a Lei da Transparência.

A lei não fere os direitos constitucionais de magistrados e servidores à privacidade e segurança. O STF não precisou julgar a constitucionalidade da lei. Aplicou-a.

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) decidira que os tribunais deveriam revelar informações "pormenorizadas" dos gastos de pessoal. O que os tribunais fizeram até agora? Publicaram tabelas de salários, cargos e funções, mas sem possibilitar ao cidadão saber quem ganhou quanto e quando. Pormenorizou, mas não individualizou.

Mas, para que serve a transparência na democracia? Não é para satisfazer curiosidades. É para permitir o controle do Poder. Na democracia, controlar não é agressão. É necessidade. A transparência exigida pelo CNJ não controla. O Supremo disse que a individualização é necessária. Disse fazendo. Fazer é a forma mais eloquente de dizer.

O importante é permitir fácil e imediato acesso ao total de quanto cada juiz ou servidor ganha por mês. Incluindo salários, benefícios, adi-

cionais, atrasados, reposições, anuidades, tudo o mais. Tudo junto. E um a um. Conhecer não ofende.

Existe a probabilidade de alguns servidores e magistrados, sobretudo desembargadores, estarem ganhando mais do que os próprios ministros do Supremo.

Se isso ocorrer, a transparência pode no primeiro momento afetar a confiança dos cidadãos na Justiça. Mas essa confiança virá mais forte se os casos individualizados identificados forem efetivamente controlados.

Cabe ao CNJ regular as informações que os tribunais devem prestar aos cidadãos a partir dos novos parâmetros do STF. Não vai ser fácil.

Alguns vão dificultar a individualização e a totalização do ganhos de cada magistrado e servidor a cada mês.

Associações civis já se preparam para maximizar sistemas de buscas nos bancos de dados que inevitavelmente estarão disponíveis e permitem a individualização. Depois da decisão do Supremo, o sucesso da lei é tarefa da contabilidade democrática.

JOAQUIM FALCÃO é professor de direito constitucional da FGV Direito-Rio

NA DEMOCRACIA,  
A TRANSPARÊNCIA  
SERVE NÃO PARA  
SATISFAZER  
CURIOSIDADES,  
MAS PARA  
PERMITIR O  
CONTROLE

# FOLHA DE S. PAULO

MONICA BERGAMO

## SINAL VERDE

Os advogados dos réus do mensalão receberam discreto apoio de ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) para fazer o documento em que pediram, há dias, que a corte não julgue o caso com a "faca no pescoço".

### MEIO DO CAMINHO

Apesar de boa parte dos ministros, como Joaquim Barbosa, Gilmar Mendes e o presidente, Carlos Ayres Brito, defenderem que o julgamento ocorra rapidamente para evitar prescrições de crimes, há magistrados incomodados com o que consideram pressão para acelerar o processo. Entre eles, o decano Celso de Mello.

### PORTAS ABERTAS

E o relator do caso, Ricardo Lewandowski, tem recebido advogados do mensalão. Um dos que o visitaram recentemente foi Alberto Toron, que representa o deputado João Paulo Cunha (PT-SP). "Vi o ministro muito receptivo e preocupado com um julgamento justo. Mas não posso dizer que ele nos estimulou", afirma Toron.

### PORTAS ABERTAS 2

A assessoria de Lewandowski diz que ele tem como princípio, "desde que botou os pés no STF", receber em seu gabinete todos os advogados que pedem audiência.

24 MAI 2012

MONICA BERGAMO

### VIRADO À PAULISTA

Uma receita de "risotto au fromage et tomate" (risoto de queijo e tomate), com modo de preparo e rendimento, foi parar no meio de processo do Google Brasil que chegou ao STJ (Superior Tribunal de Justiça). A ministra Nancy Andrighi pediu aos advogados "o desentranhamento do documento", que não tinha nada a ver com o a discussão do caso.

### VIRADO À PAULISTA 2

A assessoria do escritório Dantas, Lee, Brock & Camargo põe a culpa no STJ: a receita teria sido anexada na digitalização do processo. O tribunal não respondeu até o fechamento desta edição.



# FOLHA DE S. PAULO

## Justiça não reconhece união estável à viúva de milionário

Absolvida da acusação de homicídio de ganhador da Mega tenta receber herança

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro negou anteontem recurso no qual a ex-cabeleireira Adriana Ferreira Almeida pedia reconhecimento de união estável com Renné Senna, vencedor da Mega-Sena assassinado em 2007.

A defesa da viúva diz que vai recorrer da decisão ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) nos próximos dias.

O advogado de Adriana, Jackson Costa Rodrigues, disse que, apesar da decisão de segunda instância, há ainda a favor da viúva o registro da escritura pública de testamento de Renné Senna, em que ele destina metade de sua fortuna à companheira.

“Não entendi por que o judiciário carioca teima em não reconhecer essa relação de união estável, contrariando a vontade do próprio falecido. É isso que eu vou levar ao STJ.”

Adriana foi acusada de ser a mandante do assassinato, mas foi absolvida no ano passado pelo Tribunal do Júri de Rio Bonito (RJ). O Ministério Público recorreu da decisão, motivo pelo qual a herança de Senna segue bloqueada.

Adriana disputa com a filha de Senna a herança. Se ela for condenada pela morte, em última instância, perderá o direito aos bens deixados em testamento. Desse modo, a estratégia da defesa é assegurar por outra via legal o acesso aos bens.

Dois anos antes do crime, Renné Senna ganhara R\$ 51,8 milhões no sorteio. Deficiente físico, o ex-lavrador foi morto com quatro tiros em um bar em Rio Bonito, em 2007.

Um ex-PM e um funcionário público, acusados de serem os autores dos disparos, foram condenados em 2009, a 18 anos de prisão. Outros dois PMs, acusados de participação, foram absolvidos.

24 MAI 2012

# FOLHA DE S. PAULO

## 24 MAI 2012

### Justiça nega pedido para abrir ação penal contra Ustra

DE SÃO PAULO - A Justiça negou pedido para abrir ação penal contra o coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-comandante do DOI-Codi, pelo desaparecimento de Aluísio Palhano em 1971.

A decisão do juiz Márcio Rached Millani, da 10ª Vara Criminal de São Paulo, é um novo revés à estratégia do Ministério Público Federal de denunciar ex-agentes da ditadura por sequestro de presos políticos.

O juiz diz que a tentativa de processar Ustra e o delegado Dirceu Gravina contraria o STF, que manteve a validade da Lei da Anistia para acusados de tortura no regime militar. O Ministério Público vai recorrer.

Na terça, o Tribunal de Justiça de São Paulo adiou o julgamento de um recurso do coronel contra decisão de primeira instância que o responsabilizou por torturas a três presos políticos da família Teles.

### CASO PATRÍCIA ACIOLI

#### PMs têm prisão decretada por outro crime

O Tribunal de Justiça do Rio decretou ontem a prisão preventiva de sete PMs pelo assassinato do adolescente Anderson Matheus da Silva, 14. Os acusados e outros quatro policiais, incluindo o então comandante do 7º Batalhão (São Gonçalo), tenente-coronel Cláudio Luiz Silva de Oliveira, já haviam si-

do denunciados também pela morte da juíza Patrícia Acíoli, em agosto de 2011. Segundo a denúncia (acusação formal), o jovem foi morto em julho de 2011 no bairro Salgueiro para intimidar uma testemunha de um outro crime, ocorrido em junho. A **Folha** não conseguiu localizar a defesa dos policiais.

### tiroteio

*Ao permitir, na calada da noite, que políticos "contas-sujas" disputem a eleição, deputados estão marchando contra o clamor popular. É um atentado à imagem do Congresso.*

DO JUIZ MARLON REIS, fundador do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, sobre o projeto aprovado pela Câmara que permite a candidatura de quem teve as contas rejeitadas, contrariando a Lei da Ficha Limpa.

### PAINEL

**Será?** Quando o G10 dos advogados do mensalão começou a discutir o manifesto contra a "faca no pescoço" no caso, José Carlos Dias e Arnaldo Malheiros foram contra. Achavam que seria uma forma de pressão inversa sobre os ministros do STF.

**Making of** O texto foi assinado no escritório de Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, recém-integrado ao panteão de defensores. Ele cancelou o documento.

**Liga** Além do texto conjunto, os advogados dos acusados no mensalão constituíram uma espécie de confraria, que se reuniu em jantar na casa do mesmo Kakay em Brasília nesta semana.

**Sem faca** Fiel da balança para definir a data do julgamento, o ministro Ricardo Lewandowski passou a indicar que só entregará em junho seu voto revisor.

25 MAI 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Juristas incluem homofobia como agravante de crimes

Proposta precisa ser aprovada no Congresso; texto será enviado em junho

**Texto afirma que quem matar ou ofender alguém motivado por preconceito deve ser punido com pena maior**

A comissão de juristas que discute a reforma do Código Penal no Senado aprovou incluir a homofobia, o racismo e outras formas de preconceito como agravantes que aumentam a pena em casos de crimes de homicídio, lesão corporal e injúria.

De acordo com o texto aprovado, quem matar, bater ou ofender a dignidade de alguém motivado por preconceitos terá uma pena maior do que um criminoso que agir sem uma razão específica.

Em caso de um assassina- to provocado por preconceito a pena prevista para o criminoso ficará entre 12 e 30 anos. O homicídio comum tem pena de 6 a 20 anos.

Além da homofobia e racismo, os juristas incluíram preconceito por "cor, etnia e identidade de gênero, deficiência, vulnerabilidade social, religião, procedência regional ou nacional".

Atualmente, esses casos podem, em tese, ser encaixados na previsão de "motivo torpe", já prevista na lei penal como agravante, mas nem sempre o argumento é aceito pelo juiz que avalia o caso.

## RESPOSTA À SOCIEDADE

O criminalista Antônio Gonçalves aprova a mudança. "Esses crimes acontecem com frequência e a sociedade precisa dar uma resposta. Uma agressão por preconceito é diferente de uma agressão comum e por isso tem de ter uma pena maior. Quem agredir uma pessoa por conta da opção sexual tem de saber que não ficará impune".

Para o constitucionalista João Antonio Wiegerinck, professor da Universidade Mackenzie, a alteração visa proteger o princípio da dignidade humana, mas "as interpretações precisam ficar mais maduras".

"O que me preocupa é o exagero que esse tipo de queixa vem adquirindo. Hoje, quase tudo é considerado discriminação", afirma.

A proposta aprovada pela comissão ainda não é a criminalização da homofobia como forma de preconceito, tema debatido no Congresso.

O texto dos juristas será entregue ao Senado no final de junho e terá de passar pela aprovação do Congresso.

## ENTENDA PRECONCEITO COMO AGRAVANTE

### A PROPOSTA

Muda o Código Penal, ao prever que formas de preconceito aumentem a pena de crimes. O anteprojeto deve ser entregue ao Senado no final de junho para votação

### OS AGRAVANTES

Homofobia (contra homossexuais, travestis e transexuais), o racismo e o preconceito quanto à origem, à condição social e à religião

### O QUE MUDA NAS PENAS

#### Homicídio

- Pena passa de 6 a 20 anos de prisão para 12 a 30

#### Lesão corporal

- Aumenta de um a até dois terços a pena inicial

#### Injúria

- Pena é de 6 meses a 1 ano de detenção; com agravante, fica de 1 a 3 anos

**MONICA BERGAMO**

## **PRÓXIMA PARADA**

O ex-ministro Márcio Thomaz Bastos vai ampliar sua atuação em Brasília. Ele reativou a inscrição na OAB local. E está se associando ao escritório Bottini & Tamasauskas para atuar na capital federal.

### **VINGANÇA**

Bastos tem sido criticado por ter sido ministro e hoje advogar para clientes como Carlinhos Cachoeira. "Sou advogado há 46 anos e fui ministro por quatro. A defesa é tão importante quanto a acusação." Ele cita o advogado americano Edward Williams: "Defendo os clientes da culpa legal. Julgamentos morais eu deixo para a majestosa vingança de Deus".

### **DE GRAÇA**

Bastos, que cobrou R\$ 15 milhões de Cachoeira, diz que também advoga de graça —ele defendeu, por exemplo, o julgamento de cotas no STF (Supremo Tribunal Federal) sem nada receber. "O desafio me move. O dinheiro sempre foi um subproduto."

### **AINDA VALE**

O Tribunal de Justiça de SP determinou que Caio Venâncio Martins, militante da esquerda na época da ditadura, receba 500 salários mínimos por danos morais por ter sido "vítima de perseguição política, prisão ilegal e tortura". A decisão derruba a tese de que o direito à indenização pode prescrever, sustentada pela Fazenda do Estado.

### **DIREITO**

Em seu despacho, o juiz paulistano Ronaldo Andrade fala ainda sobre o direito à resistência a governos autoritários: "Em tema de direitos humanos, o conteúdo jurídico do direito de resistência é indubitável", afirma Andrade, citando doutrina dos advogados Ricardo Sayeg e Wagner Balera.

**FOLHA DE S. PAULO**

**25 MAI 2012**

## **Vereador condenado por tráfico de drogas tem mandato cassado**

**DE CAMPO GRANDE (MS)** - Por unanimidade, a Câmara de Ponta Porã (MS) cassou o mandato do vereador Joanir Subtil Viana (PMDB), 45, por quebra de decoro parlamentar.

Em 2010, ele foi condenado por tráfico e, em abril deste ano, voltou ao cargo ao ser beneficiado com regime semiá-

berto. O processo de cassação foi pedido pelo suplente, Bruno Reichardt.

Durante o julgamento, a defesa de Viana alegou que ele não poderia ser cassado enquanto a condenação criminal (por tráfico) não transitasse em julgado. A defesa recorre no Superior Tribunal de Justiça.

## **Falsa grávida pagará indenização por ultrassom pego na internet**

**DE SÃO PAULO** - Conhecida por inventar uma gravidez de quadrigêmeas, Maria Verônica Aparecida Santos, de Taubaté (140 km de SP), pagará R\$ 4.000 de indenização por ter usado imagens de um ultrassom achado na internet.

As imagens eram do filho de uma administradora de Blume-

nau (SC), que entrou com uma ação na Justiça pedindo pagamento por danos morais.

A autora da ação, Ana Paula Mückenberger Alves, 29, disse ter ficado satisfeita com a decisão. A defesa da pedagoga diz que foi negociado um valor "simbólico" porque Maria tem problemas psicológicos.

25 MAI 2012

# FOLHA DE S. PAULO

## Comissão de juristas aprova cópia integral de livro, CD e DVD

Punição de crimes contra direito autoral,  
porém, deve crescer no novo Código Penal

A comissão de juristas que discute a reforma do Código Penal no Senado aprovou ontem a liberação de cópias integrais de livros, CDs e DVDs, desde que para uso próprio e sem fins comerciais.

A reprodução parcial já é autorizada hoje, em porcentagens que variam conforme a mídia copiada. Caso a sugestão dos juristas seja acatada pelo Congresso, a cópia completa — desde que única, feita a partir de um original e de uso exclusivo e privado de quem copiou, sem objetivo de lucro — será liberada.

Luis Flávio Gomes, membro da comissão, diz que a proposta “oficializa o que todo mundo faz”. “As editoras vão puxar nossas orelhas.”

Por outro lado, a comissão endureceu penas para quem violar direitos autorais. O mero uso da obra não autorizado pelo autor, sem ganhos comerciais, continuará sendo um crime leve, com pena de 6 meses a 2 anos de prisão.

A pena aumenta, porém, se a obra for divulgada por internet ou outro meio que facilite a disseminação (de 1 a 4 anos). A pena sobe se houver uso comercial: 2 a 5 anos.

Foi tipificado ainda um crime que pune o plágio intelectual, cujo exemplo mais comum é a cópia de trabalhos acadêmicos. As propostas da comissão de juristas devem ser entregues para votação no Congresso até o fim de junho.

24 MAI 2012

GAZETA DO POVO

# Divulgação de salários do Supremo gera efeito cascata

A decisão do Supremo Tribunal Federal de publicar a lista dos salários dos próprios servidores para atender à Lei de Acesso a Informações gerou um efeito cascata. Pressionados, vários outros órgãos públicos – como Câmara dos Deputados, Senado e Assembleia Legislativa do Paraná – resolveram divulgar quanto ganham seus funcionários. Governos estaduais, tribunais de Justiça e de contas e ministérios públicos também já estudam adotar a medida.

# GAZETA DO POVO

## Congresso e Alep seguem o STF e vão divulgar o

24 MAI 2012

## salário de servidor

Decisão do Supremo pressiona demais órgãos públicos de todo o país a fazerem o mesmo. Entendimento é de que o poder público tem o dever de ser transparente

■ A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de publicar a lista completa dos salários dos servidores da corte pressionou outros órgãos públicos a divulgar quanto ganham seus funcionários. Ontem, a Câmara dos Deputados, o Senado e a Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) anunciaram que vão seguir o exemplo do STF.

Outros órgãos — como governos estaduais, tribunais de Justiça e de contas e ministérios públicos — informaram que estão estudando a possibilidade de acatar o modelo de divulgação da lista de servidores com nome e salários que recebem.

Na semana passada, no primeiro dia de vigência da Lei de Acesso a Informações Públicas, a presidente Dilma Rousseff desencadeou o processo ao declarar que a remuneração e os benefícios dos servidores públicos da União iriam ser divulgados.

### Influência

A decisão do STF, tomada na terça-feira, representa o entendimento dos ministros do Supremo de que poder público tem o dever de ser transparente, em detrimento do direito de privacidade do servidor. Por isso, a medida influencia os demais órgãos — embora tenha sido apenas uma decisão administrativa, sem caráter judicial.

A expectativa é de que as demais estruturas públicas sejam "constrangidas" a seguir a mesma trilha. O texto da Lei de Acesso a Informações, contudo, não obriga que elas sigam essa orientação. Cada poder, nas suas diferentes esferas, pode regulamentar as próprias normas.

Até ontem, a segunda principal estrutura do Poder Judiciário federal, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), não havia definido como vai proceder sobre os salários. De acordo com a assessoria do STJ, o órgão vai esperar pela deliberação de uma comissão com representantes de outros tribunais.

O Ministério Público Federal (MPF) e o Tribunal de Contas da União (TCU) também estão avaliando a possibilidade de divulgação dos salários, mas ainda não se manifestaram oficialmente. Os três órgãos já disponibilizam relações nominais de servidores e estruturas remuneratórias na internet, mas não vinculam nomes a salários.

### Resposta

O formato de publicação da remuneração dos servidores que será adotado pelas duas Casas do Congresso vai seguir as instruções de um ato normativo que está sendo preparado pelo Ministério do Planejamento para o Poder Executivo federal. "Conversei com o presidente [do Senado, José] Sarney e decidimos que o Parlamento, o mais transparente dos Poderes, deveria dar esta resposta à sociedade", justificou ontem o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS).

A divulgação das informações pelo governo federal depende de um ato normativo que está sendo elaborado pelo Planejamento, ainda sem prazo para ser concluído. Mas já se sabe que os valores das remunerações devem incluir auxílios, ajudas de custo, jetons (acréscimos para quem participa de conselhos de empresas estatais, por exemplo) e "quaisquer outras vantagens pecuniárias". As únicas ausências na lista, que deve ser publicada na internet, devem ser a de funcionários de empresas estatais que concorrem com a iniciativa privada, como a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e a Petrobras.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

**“Com a decisão do STF, é uma questão de dias para outros poderes divulgarem também. Não haverá escolha.”**

Valdir Rossoni (PSDB), presidente da Assembleia Legislativa do Paraná.

**24 MAI 2012**

### POLÊMICA

#### **Divulgação combate os supersalários, mas divide especialistas**

A divulgação de nomes e salários de funcionários públicos é uma forma de cobrir o pagamento dos “supersalários”, acima do teto constitucional de R\$ 26,7 mil por mês. De acordo com o diretor da organização Contas Abertas, Gil Castello Branco, a polêmica em torno do tema virou uma bandeira dos que querem manter privilégios ilegais. “Invasão de privacidade é saber o que o servidor faz com o seu salário, não quanto ele ganha”, definiu.

O tabu sobre a divulgação dos salários já deveria ter sido resolvido, no entendimento de Castello Branco, quando o STF determinou, em 2009, que a publicação na Internet dos salários dos servidores da prefeitura de São Paulo era legal. Mas, no ano passado, o site Congresso em Foco virou alvo de 50 processos judiciais movidos por servidores ao divulgar uma lista com 464 nomes de funcionários do Senado que ganhavam acima do teto constitucional. O portal não sofreu nenhuma condenação, mas 14 processos ainda estão em andamento.

Castello Branco também rebate os argumentos de que a divulgação dos salários possa representar alguma ameaça à segurança das pessoas. “É só vermos que as remunerações de todos os funcionários da Casa Branca são públicas, assim como as do funcionalismo do México, Peru e Chile”, diz ele.

Para o advogado especialista em Direito Público André Barbi, a situação é mais complexa. “Na minha opinião, é uma decisão que ultrapassa o limite do interesse público e chega sim à vida privada. O salário final de um servidor se dá em função do que ele desenvolveu ao longo da carreira. Se ele acumulou vantagem, foi dentro da lei.” Barbi diz que a discussão leva a democracia brasileira a outro patamar. “Talvez daqui a cinco anos seja a coisa mais normal do mundo.”

A professora de Direito Constitucional Eneldá Deslree Salgado, da Universidade Federal do Paraná, aponta que a postura o STF indica que não haverá mais batalhas judiciais sobre divulgação de salários. “Acho que a partir de agora vai se resolver tudo administrativamente, sem necessidade de intervenção da Justiça.”

**CONTINUA**



# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

**Assembleia irá publicar lista em um mês; outros órgãos discutem o que fazer**

24 MAI 2012

■ A Assembleia Legislativa do Paraná assegura que, antes mesmo da iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF), já estava prestes a divulgar na internet a remuneração completa de todos os seus funcionários. Contudo, a partir da pressão exercida pelos ministros do STF, o Legislativo estadual deve acelerar o processo. "Com a decisão do STF, é uma questão de dias para outros poderes divulgarem também. Não haverá escolha", disse ontem o presidente da Assembleia, deputado Valdir Rossoni (PSDB).

A expectativa de Rossoni é que seja possível fazer a divulgação em conjunto com outras instituições públicas estaduais. Mas, caso não haja a divulgação em massa, o Legislativo promete publicar a listagem completa em menos de um mês. Atualmente, a Assembleia divulga o nome dos servidores, a lotação (gabinete de um deputado, por exemplo), e o código do cargo que define o valor principal do salário. Mas não vincula nome do servidor à remuneração.

## **Poderes paranaenses**

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Miguel Kfoury Neto, afirmou que o TJ vai discutir na segunda-feira a possibilidade de seguir o modelo do STF. O desembargador reconhece que a decisão dos ministros do Supremo, apesar de não ser normativa, é percebida como um entendimento a ser adotado por outras instituições.

O Ministério Público do Paraná vai debater, na próxima semana, a possibilidade de publicar o nome dos servidores e os respectivos salários. O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TC) vai discutir hoje se divulga a remuneração completa e identificada de todos os servidores. Procurado, o governo do estado informou apenas que vai estudar a viabilidade legal da divulgação.

# GAZETA DO POVO

## 24 MAI 2012

» JUSTIÇA

### STF avança no julgamento do foro para ações de improbidade

O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou ontem que não cabe à Corte julgar ex-parlamentares por ato de improbidade administrativa. Segundo os ministros, quem não ocupa mais cargo público deve ser julgado pela 1.ª instância do Judiciário. A decisão de ontem foi tomada no julgamento de uma questão de ordem proposta pela defesa do ex-deputado Carlos Alberto Camurça.

O STF fixou que o foro para julgá-lo por improbidade é a primeira instância, porque ele já não ocupa mais cargo público — mesmo que o ato supostamente ilegal tenha sido praticado durante o mandato. Para o relator do processo, Marco Aurélio Mello, o foro para julgar esse tipo de ato é a 1.ª instância, mesmo que a autoridade ainda ocupe o cargo público. O STF deverá discutir em breve o foro para ações de improbidade de ocupantes de cargos políticos.

### MENSALÃO LONDRINENSE

Após 6 dias foragido, ex-diretor da Sercomtel se entrega à polícia

Sem documentos pessoais e apenas com a roupa do corpo, o ex-diretor da Sercomtel Alysson Tobias de Carvalho se entregou ontem de madrugada à polícia após seis dias foragido. Articulador político do prefeito de Londrina, Barbosa Neto, Carvalho é apontado como integrante de uma quadrilha para dar suporte político ao chefe do Executivo. Carvalho era procurado desde a sexta-feira passada, quando o Tribunal de Justiça revogou o habeas corpus, concedido a ele após 12 dias preso na Penitenciária de Londrina. Após se entregar, Carvalho passou mal e foi atendido por uma ambulância do Samu. No começo da noite, o ex-diretor foi levado para o presídio.

## CELSO NASCIMENTO

### Mônaco

O governador Beto Richa é amido em Mônaco para férias de 15 dias, mas não vai ao país, oficialmente ainda não saiu do Brasil e está a poucos metros da fronteira com o Reino Unido. O governador Beto Richa não vai ao Reino Unido para férias de 15 dias, mas não vai ao país, oficialmente ainda não saiu do Brasil e está a poucos metros da fronteira com o Reino Unido. O governador Beto Richa não vai ao Reino Unido para férias de 15 dias, mas não vai ao país, oficialmente ainda não saiu do Brasil e está a poucos metros da fronteira com o Reino Unido.

## COLUNA DO LEITOR

### Férias do governador

A viagem do governador, que ficará 15 dias de férias, só prova o quanto ele se preocupa com a população. Crise na segurança, na educação e o governador tira férias, vai passear.

Marla Antonieta Pacheco

24 MAI 2012

# GAZETA DO POVO

## FARSA

### Falsa grávida pagará indenização de R\$ 4 mil

■ A falsa grávida de quadrigêmeos, de Taubaté, interior de São Paulo, vai ter de pagar indenização a uma mulher de Santa Catarina, por ter usado um exame de ultrassom como se fosse dela. O acordo foi feito nesta segunda-feira, na Justiça de Blumenau. A pedagoga Maria Verônica Santos ficou conhecida em todo o país por causa da enorme barriga. Supostamente grávida de quadrigêmeos, ela deu entrevistas e ganhou presentes. Para sustentar a história pegou a imagem do ultrassom na Internet. Durante a audiência de conciliação, ficou acordado que Maria Verônica deve pagar R\$ 4 mil à mulher de Santa Catarina, uma administradora de empresas.

## COLUNA DO LEITOR

### Adoção desfeita

Que coisa mais triste, ser devolvido como uma mercadoria, além de ser rejeitado, abandonado, agora pode ser devolvido?

Rita Onisanti, via Facebook, sobre devolução de crianças adotadas.

## JUSTIÇA

### Procuradoria arquiva processo de racismo contra Alexandre Pires

■ A Procuradoria da República em Uberlândia (540 km de BH) arquivou o procedimento que apurava a suspeita de discriminação racial e sexista no clipe "Kong", do cantor Alexandre Pires, que teve a participação do jogador Neymar e do funkelleiro Mr. Catra. Nas imagens, gorilas saem da selva e invadem uma festa à beira da piscina, onde estão mulheres vestidas de biquini. Pires, Catra e Neymar aparecem dançando o refrão "É no pelo do macaco que o bicho vai pegar". Em nota, o órgão federal informou que o procurador responsável pelo caso, Frederico Pellucci, não viu ligação entre o uso da figura do gorila e a associação ao racismo.

# GAZETA DO POVO

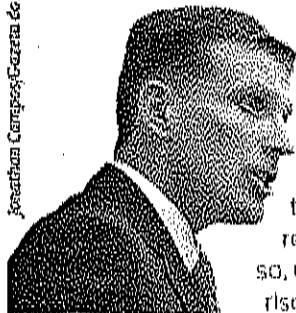
NOTA POLÍTICA

Imbróglho

25 MAI 2012

**A** OAB Paraná faz eleição hoje para definir quem serão os indicados pela Ordem para compor a lista sêxtupla que será enviada ao governador com nomes para a vaga deixada pelo desembargador Oto Sponholz no Tribunal de Justiça. A eleição, no entanto, corre o risco de ser suspensa temporariamente. Isso porque o deputado do Fabio Camargo (PTB, foto) apresentou um recurso para adiar a eleição caso o Conselho da Ordem mantenha a decisão de barrar a sua entrada na disputa. A OAB decidiu que Camargo não poderia concorrer porque ele não teria conseguido comprovar dez anos de atuação na advocacia, o que é contestado pelo deputado. O deputado recorreu da decisão da OAB com um recurso administrativo que será julgado

João Augusto Mollari/Gazeta do Povo



pela conselho da Ordem pela manhã, antes da eleição. Na argumentação que apresentou à Justiça, ele diz que não teria tempo hábil para contestar uma possível decisão do conselho contrário ao seu pedido antes da realização da eleição. Com isso, Camargo afirma que correria risco de sofrer dano irreparável.

## NOTA POLÍTICA

### Continua 1

O STF decidiu negar o pedido do empresário Marcos Valério para tirar o ministro Joaquim Barbosa da relatoria do processo do mensalão. A decisão, unânime, confirmou entendimento do então presidente César Peluso, que já havia rejeitado o pedido em setembro do ano passado.

### Continua 2

A arguição de impedimento chegou ao STF em novembro de 2009. A defesa do empresário entendeu que Barbosa fez um pré-julgamento do seu cliente ao referir-se a ele como "expert em atividades de lavagem de dinheiro". Isso ocorreu durante o recebimento da denúncia do mensalão mineiro, que corre em outra ação penal no Supremo.

## COLUNA DO LEITOR

### Auxílio-livro

Ao invés de dar mais benefícios indiretos aos magistrados, como já foi feito com frutas e carros, o Tribunal de Justiça poderia muito bem investir em sua biblioteca e abri-la ao público em geral. Seria mais ético, mais humano, mais justo. É inconcebível que um Tribunal, que se diz de Justiça, na realidade flaque a promover a exclusão ao invés da inclusão social.

**João Augusto Mollari**, professor universitário.

## GAZETA DO POVO

D CURITIBA

## Ação judicial tenta barrar licitação da Pedreira

▶ O vereador Jonny Stica (PT) protocolou ontem uma ação popular pedindo a suspensão do edital de licitação que terceiriza a gestão e manutenção da Pedreira Paulo Leminski, da Ópera de Arame e do Parque Náutico.

Na ação, o parlamentar alega que a publicidade dada ao processo foi insuficiente, alegando que a Prefeitura de Curitiba feriu a Constituição Federal e o artigo 21 da Lei de Licitações (8.666/93), entre outros dispositivos legais para este tipo de concorrência. "O edital foi publicado no Diário Oficial do Município no dia 17 de abril, mas ninguém ficou sabendo dele até a última terça-feira.

A prefeitura só veio a público falar sobre o processo depois que as pessoas começaram a se manifestar pela internet", diz Stica, que também defende a realização de audiências públicas para garantir a transparência do processo.

## Cópia para uso pessoal deixará de ser crime

▶ A comissão de juristas que discute mudanças no Código Penal aprovou ontem uma proposta que descriminaliza o ato de uma pessoa fazer cópia integral de uma obra para uso pessoal, desde que não tenha objetivo de lucro. Com a decisão, quem realizar a cópia deixa de ser enquadrado pelo crime, previsto no atual código, de "violação do direito autoral".

Dessa forma, a cópia de um CD de música ou de um livro didático para uso próprio deixaria de ser crime. Atualmente, a pena para os condenados pela conduta pode chegar a até quatro anos. O texto aprovado pela comissão ficou com a seguinte redação: "não há crime quando se tratar de cópia integral de obra intelectual ou fonograma em um só exemplar, para uso privado e exclusivo do copista, sem intuito de lucros diretos ou indiretos".

O colegiado tinha prazo até o final do mês para entregar o anteprojeto do novo código ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). Mas os trabalhos foram prorrogados até 25 de junho. As sugestões dos juristas poderão compor um único projeto ou serem incorporadas a propostas já em tramitação no Congresso

## JUSTIÇA

## Federação pede hoje a nulidade do leilão do terreno de sua sede

▶ A Federação Paranaense de Futebol (FPF) apresentou hoje à 2ª Vara Federal de Execuções Fiscais, uma certidão da Junta Comercial do Paraná declarando que o leiloeiro responsável pela venda judicial da sede administrativa entidade, no início do mês, não estaria habilitado para o leilão. Será pedida a nulidade do processo.

O documento foi obtido ontem pelo escritório Tetto, D'Macedo e Meez, confirmando a tese dos advogados que defendem a entidade de que Jorge Ferlin Date Nogarí dos Santos não estaria devidamente cadastrado na data em que a sede no bairro Tarumã foi adquirida pela empresa AK7 Empreendimentos Imobiliários, por R\$ 2,03 milhões. A hasta pública foi determinada para pagar parte das dívidas da FPF.

O leiloeiro assegura que houve apenas uma atualização cadastral e que estaria apto para efetuar o procedimento.

## ABUSO INFANTIL

### Denúncias de violência crescem 30% após depoimento de Xuxa

▶ O depoimento da apresentadora Xuxa Meneghel ao programa Fantástico, da Rede Globo, sobre os abusos sexuais que sofreu quando era criança, fez disparar o número de denúncias feitas ao Disque 100 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Somente nos dois primeiros dias desta semana, o telefone recebeu 285.051 mil ligações — um aumento de 30% em comparação com o mesmo período da semana anterior. De acordo com a secretaria, resultado semelhante só havia sido registrado em dezembro do ano passado, quando ocorreu uma campanha nacional de divulgação do Disque 100.

# GAZETA DO POVO

» IMPROBIDADE

## MPF entra com ação contra ex-ministro da Agricultura

■ O Ministério Público Federal (MPF) pediu à Justiça a abertura de uma ação de improbidade contra o ex-ministro da Agricultura Wagner Rossi e contra outros 11 suspeitos de terem desviado R\$ 3 milhões dos cofres públicos. De acordo com as investigações do MPF, Rossi teria se associado ao lobista Júlio Fróes para desviar recursos do programa de capacitação de servidores — Programa Anual de Educação Continuada (PAEC) — por meio de dispensa de licitação.

Além de Rossi, responderão ao processo seu ex-chefe de gabinete, Milton Elias Ortolan, o então subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do ministério, Julio Cesar de Araújo Nogueira, o lobista Júlio Fróes, três professores da Pontifícia Universidade de São Paulo (PUCSP) e assessores do ministério. No total, 12 pessoas responderão à ação de improbidade aberta na 8.ª Vara Federal do Distrito Federal. O Ministério Público requer, liminarmente, a indisponibilidade dos bens dos acusados, para assegurar a devolução do dano causado aos cofres públicos. Pede ainda a condenação dos envolvidos a sanções civis e políticas.

# 25 MAI 2012

### O esquema

As investigações do Ministério Público encontraram indícios de que R\$ 3 milhões dos cofres públicos foram desviados por meio de contrato firmado em setembro de 2010 com a Fundação São Paulo (Fundasp), mantenedora da PUC. A Fundasp foi contratada sem licitação para capacitar servidores do Ministério da Agricultura.

De acordo com o MP, o ex-ministro Wagner Rossi, seu chefe de gabinete, Milton Ortolan, e Júlio Fróes arregimentaram uma instituição de ensino sem licitação, cobrando 28% do valor bruto do contrato a ser firmado com a Fundasp.

O processo para contratação da fundação foi iniciado em julho de 2010. Serviu, conforme o Ministério Público, para dar aparência de legalidade para a contratação. Na ação, o MPF afirmou ter havido uma "montagem processual" na tentativa de legitimar a contratação.

Conforme as investigações do Ministério Público, o lobista Júlio Fróes mantinha três contratos com a Fundasp e se passava por representante da fundação. Apesar de não ter vínculo com o Ministério da Agricultura, Fróes teria duas salas à sua disposição no prédio — uma delas dentro da comissão de licitação.

25 MAI 2012

# No bom caminho

## GAZETA DO POVO

A Lei de Acesso à

Informação não torna obrigatória a divulgação de salários de funcionários, mas a sua edição fez crescer a consciência das instituições públicas quanto ao dever de tornar acessíveis ao público as informações

**D**esde a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação, dia 16 de maio, observa-se uma benfeitoria no setor público de se abrir ao crivo da opinião pública. O mais importante e emblemático ato de transparência teve origem, esta semana, no Supremo Tribunal Federal (STF), a mais alta corte de justiça do país, ao decidir tornar públicos os salários de seus servidores.

A medida, exatamente por estar lastreada no reconhecimento tácito do STF quanto à legalidade da exposição pública dos proventos percebidos pelos funcionários, gerou um efeito cascata. Várias outras instituições públicas adotaram a mesma postura, dentre as quais o Congresso Nacional. O Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União estudam seguir a mesma trilha.

No Paraná, louve-se a Assembleia Legislativa, que também aderiu à iniciativa — logo ela que, até em passado recente, caracterizava sua administração pela ocultação sistemática dos seus gastos, o que lhe permitia contar com uma infinidade de funcionários fantasmas e pagar salários e aposentadorias em completa dissonância com a legislação pertinente. Não foi, aliás, por outra razão, que nasceu a série "Diários Secretos", da Gazeta do Povo/RPCTV, que desvendou os escândalos até então protegidos sob o véu da mais absoluta falta de transparência. Ganha, pois, maior simbolismo a

atitude da direção do nosso Legislativo de abrir ao conhecimento público a sua folha de pessoal. Da mesma forma, o Tribunal de Contas divulgou que pretende publicar os salários de seus funcionários. Agora é esperado que demais órgãos públicos paranaenses sigam o mesmo caminho.

Na verdade, a Lei de Acesso à Informação não torna obrigatória a divulgação de tais dados, mas sem dúvida a sua edição fez crescer a consciência das instituições públicas quanto ao dever de tornar acessíveis ao público informações que digam respeito ao que fazem com os recursos orçamentários de que dispõem. Em outras palavras, com o dinheiro suado que retiram do bolso de cada contribuinte.

A simples divulgação dos salários, embora importante, não basta. É certo que a partir de tais dados a população tenha condições de quantificar os gastos com servidores, mas é ainda difícil mensurar a relação custo/benefício — isto é, se os valores pagos são proporcionais aos serviços prestados à população. Portanto, embora seja um início indispensável para a aferição da correspondência entre quantidade e qualidade, a divulgação dos salários ainda não é tudo.

Felizmente, a Lei de Acesso à Informação abre ao cidadão outras grandes possibilidades para fazer tal mensuração, na medida em que obriga as repartições públicas de todas as esferas e níveis a prestar esclarecimentos que lhes sejam requeridos acerca do cumprimento de seus deveres em empregar com correção e eficácia os recursos orçamentários de que dispõem.

O momento, pois, é de se torcer para que o efeito cascata provocado pelo STF no que diz respeito aos salários de servidores se reproduza, também, entre instituições públicas e cidadãos, em todos os outros aspectos que envolvam as relações entre governo e sociedade. Estamos no bom caminho.

# GAZETA DO POVO

➤ DIREITO ELEITORAL

25 MAI 2012

## Congresso debate legislação eleitoral

Entre os principais expositores, o III Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral recebeu os ministros Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia

| Tatiane Salvatico, especial para a Gazeta do Povo

**U**ma maratona de 22 horas, com 40 palestrantes. O III Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral, realizado no complexo da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), em Curitiba, entre os dias 17 e 19 de maio, reuniu 1,2 mil operadores de Direito de todo o Brasil para discutir temas polêmicos ligados à legislação eleitoral brasileira.

A inelegibilidade, o registro de candidaturas, a campanha eleitoral e a Lei da Ficha Limpa estiveram entre os principais assuntos abordados nas mesas de discussão e foram amplamente debatidos a partir de interpretações jurídicas dos palestrantes convidados.

Entre os expositores convidados, estiveram o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski e a ministra do STF e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Cármen Lúcia (leia mais ao lado e na próxima página), além de vários advogados e ex-ministros do TSE.

O ex-ministro do TSE José Eduardo Alckmin questionou aspectos do sistema eleitoral brasileiro e discutiu o método de distribuição de sobras, utilizado nas eleições proporcionais brasileiras — para cargos legislativos. Para Alckmin, essa técnica revela uma prepotência dos partidos majori-

tários, excluindo aqueles que não atingiram um coeficiente eleitoral.

Alckmin destacou que a eleição deve servir para viabilizar a vontade popular, não para punir candidatos. O ex-ministro defendeu que o Brasil possui apenas dois partidos: o partido dentro do governo e o partido fora do governo.

No debate sobre "Direito Processual Eleitoral", o advogado Flávio Jardim explicou que a natureza intrínseca do Direito Eleitoral implica em um redator que também é destinatário da norma. Este aspecto dificulta uma isenção necessária para produzir regulamentações.

Já a mesa "Aspectos polêmicos do registro de candidatura" foi marcada por opiniões divergentes entre os palestrantes, especialmente de Walber de Moura Agra e Fernando Pereira. Moura Agra defendeu que, após o registro concedido e o candidato eleito, o mandato não deveria ser cassado. Para o advogado, o erro estaria no reconhecimento de elegibilidade. No entanto, Fernando Pereira contestou essa visão de Moura Agra e combateu a ideia de aceitação de erros como estes. "Não podemos aceitar essa questão de 'errou, paciência'. Assim, quem vai acabar sem paciência é o eleitor."

O Caderno Justiça & Direito da Gazeta do Povo realizou a cobertura em tempo real do evento. Com isso, os leitores puderam acompanhar, a partir da ferramenta de live blogging, todos os debates do III Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral. A cobertura completa está disponível no site [www.gazetadopovo.com.br/justica-eleitoral](http://www.gazetadopovo.com.br/justica-eleitoral).

### REGIME

#### Ricardo Lewandowski ressalta conquistas democráticas brasileiras

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski ressaltou, durante sua participação no III Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral, as conquistas democráticas do Brasil no século XX, como o sufrágio universal e a democracia participativa. O ministro realizou, durante o evento, uma conferência especial com o tema "Legislação Eleitoral e Concretização do Princípio Republicano". Lewandowski observou que o STF está renovado e tem tomado cada vez mais como base os grandes princípios da Constituição para as decisões. Ele citou, como exemplo, os julgamentos sobre nepotismo, uniões homoafetivas e cotas nas universidades. Na sua exposição, Lewandowski também defendeu que a Lei da Ficha Limpa é "um diploma para que haja avanços na democracia brasileira".

Além da palestra, durante sua passagem por Curitiba, o ministro Ricardo Lewandowski também recebeu o título de cidadão honorário do Paraná, concedido pela Assembleia Legislativa do Paraná.



# GAZETA DO POVO

## 25 MAI 2012

### Ficha Limpa é fundamental, diz Cármen Lúcia

**M**inistra do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Cármen Lúcia, principal expositora do III Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral, fez uma defesa ferrenha da Lei Ficha Limpa, apesar de apontar seus defeitos técnicos. Ela afirmou que é preferível que exista a lei ao invés da ausência de uma regulamentação. "A Lei da Ficha Limpa é fundamental para ter um voto limpo", disse.

Cármen Lúcia defendeu também que o processo eleitoral de escolha dos representantes deve garantir a reflexão dos candidatos que se adequem melhor aos cargos. Para ela, a Justiça Eleitoral tem papel fundamental para que, no processo eleitoral, todos possam expressar a sua vontade e, assim, para que sejam garantidos os direitos constitucionais. "A função do Direito é fazer cumprir a Constituição Federal e a Constituição garante que a eleição é de todos os brasileiros."

A ministra afirmou, ainda, que a democracia ainda não foi totalmente praticada no mundo ocidental, mas que deve ser vista como uma estrutura plural, modelo de construção permanente para a sociedade.



Cármen Lúcia: Ficha Limpa é importante para voto limpo.

**"A função do Direito é fazer cumprir a Constituição Federal e a Constituição garante que a eleição é de todos os brasileiros."**

## TJ-SP

### Inscrição em cadastro de inadimplentes após cancelamento de contrato

0017850-93.2009.B.26.0344.

Apelação. Relator(a): Paulo Ayrosa. Comarca: Marília. Órgão julgador: 31ª Câmara de Direito Privado. Data do julgamento: 10/04/2012. Data de registro: 13/04/2012. Outros números: 178509320098260344.

Ementa: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. INDENIZATÓRIA. CONTRATATAÇÃO DE PACOTE TURÍSTICO. REGULAR CANCELAMENTO PELA AUTORA. COBRANÇA POSTERIOR INDEVIDA. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL. PERTINÊNCIA. VALORAÇÃO ARBITRÁRIA JUDICIAL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS FUNDAMENTOS ART. 252 DO RITJ/SP, RECURSOS NÃO PROVIDOS. I. Logrando demonstrar a autora o fato constitutivo de seu direito (art. 333, I, do CPC), ou seja, a cobrança abusiva por parte das empresas réas após regular cancelamento do contrato pactuado, culminando na inscrição do seu nome no SERASA, impõe-se a procedência do pedido; II. A valoração do dano moral há que ser determinada pelo prudente arbítrio judicial, considerando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, sendo forma de satisfação à vítima pelo sofrimento, constrangimento e vexame suportados, além de punição ao infrator, requisitos verificados à espécie, sendo de rigor a manutenção integral da sentença, cujos fundamentos se adotam como razão de decidir na forma do art. 252 do Regimento Interno deste Tribunal, com pequena alteração relacionada à incidência dos juros de mora, que devem contar da citação, conforme art. 406 do CC c/c art. 161 do CTN.

### Suspensão condicional do processo e prestação pecuniária

A Turma entendeu que fere o princípio da legalidade a imposição de prestação pecuniária como condição para a suspensão condicional do processo. O § 2º do art. 89 da Lei n. 9.099/1995 traz a possibilidade de o juiz estabelecer outras condições, além das elencadas no § 1º, para a concessão do benefício, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado. Porém, a prestação pecuniária – consistente em pena restritiva de direito, autônoma e substitutiva – depende de expressa previsão legal para sua imposição, o que a lei supramencionada não o fez. Assim, não sendo a prestação pecuniária requisito expresso para a suspensão condicional do processo, não pode o magistrado fazer tal imposição ao beneficiário. Precedente citado: REsp 799.021-PE, DJe 9/11/2009. HC 222.026-BA, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 20/3/2012.

## STJ

### Crime continuado. Previdência social.

A Turma entendeu que é possível o reconhecimento da continuidade delitiva entre o crime de sonegação previdenciária (art. 337-A do CP) e o crime de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do CP) praticados na administração de empresas de um mesmo grupo econômico. Entendeu-se que, apesar de os crimes estarem tipificados em dispositivos distintos, são da mesma espécie, pois violam o mesmo bem jurídico, a previdência social. No caso, os crimes foram praticados na administração de pessoas jurídicas diversas, mas de idêntico grupo empresarial, havendo entre eles vínculos em relação ao tempo, ao lugar e à maneira de execução, evidenciando ser um continuação do outro. Precedente citado do STF: AP 516-DF, DJe 6/12/2010; do STJ: HC 86.507-SP, DJe 19/7/2011, e CC 105.637-SP, DJe 29/3/2010. REsp 1.212.911-RS, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 20/3/2012.

# GAZETA DO POVO

## Paternidade socioafetiva: o afeto em prol do melhor interesse da criança

25 MAI 2012

**CARLOS EDUARDO DIPP  
SCHOENBAKLA**, professor  
de Direito de Família e  
coordenador-adjunto do curso  
de Direito da UnlBrasil

A constitucionalização do Direito de Família trouxe inúmeras benesses não só para as famílias não fundadas pelo casamento, mas também para os filhos tidos fora desta instituição. Em razão desta grande transformação, o conceito de filiação foi objeto de modificações, considerando principalmente a evolução da medicina. Se antigamente precisávamos da presunção *pater est il*, hoje basta a realização do exame de DNA para que tenhamos a definição sobre a paternidade. Embora a possibilidade do teste de DNA tenha revolucionado o Direito de Família, é certo também que as bases jurídicas da tutela das famílias, reconhecidas tanto pelo Código Civil de 2002, quanto pela Constituição Federal de 1988, são bem diferentes das verificadas na vigência do Código Civil de 1916.

Tais análises laboratoriais, antes tão esperadas para a constatação da origem genética, hoje não são em si suficientes à negação de laços afetivos estabelecidos nas entidades familiares. Se o juiz, antigamente, em ações de investigação de paternidade, clamava por escassos elementos convincentes acerca de verdades biológicas, o juiz atual, em que pese

lhe seja entregue vasta tecnologia para bem desempenhar sua função judicante, muitas vezes deve afastar-se da verdade concreta e analisar a verdade socioafetiva, em prol do melhor interesse da criança.

No "novo" Direito de Família, é muito clara a diferença entre o vínculo parental fundado na hereditariedade biológica e o estado de filiação derivado da relação socioafetiva construída entre pais e filhos — biológicos ou não —, dia a dia na convivência familiar, por meio do afeto.

Paulo Lôbo, de maneira pontual, leciona a este respeito: "a Constituição rompeu com os fundamentos da filiação na origem biológica e na legitimidade, quando igualou os filhos de qualquer origem, inclusive os gerados por outros pais. Do mesmo modo, o Código Civil de 2002 girou completamente da legitimidade e de sua presunção, em torno da qual a legislação anterior estabeleceu os requisitos da filiação, para a paternidade de qualquer origem, não a radicando mais e exclusivamente na origem genética. Portanto, a origem genética, por si só, não é suficiente para atribuir ou negar a paternidade, por força da interpretação sistemática do Código Civil e de sua conformidade com a Constituição". Desta forma, a paternidade atualmente deve ser considerada gênero do qual são espécies: a paternidade biológica e a socioafetiva, ambas com os mesmos efeitos jurí-

dicos. Em conformidade com os princípios do Código Civil de 2002 e da Constituição Federal de 1988, o êxito em ação negatória de paternidade depende da demonstração, a um só tempo, da inexistência de origem biológica, e também de que não tenha sido constituído o estado de filiação, fortemente marcado pelas relações socioafetivas e edificado na convivência familiar.

A prevalência do afeto encontra respaldo também no Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial no princípio do melhor interesse da criança e da proteção integral, evidenciando a necessidade de referências paterna e materna para o completo desenvolvimento psicossocial. Compreende-se, portanto, que o Superior Tribunal de Justiça, em recente decisão, tenha condenado um pai por abandono afetivo. Em seu voto, a ministra Nancy Andrighi, entendeu que "amar é faculdade, cuidar é dever." E ainda destacou que o vínculo afetivo "é que deve ser buscado e mensurado, para garantir a proteção do filho quando o sentimento for tão tênue a ponto de não sustentar, por si só, a manutenção física e psíquica do filho, por seus pais — biológicos ou não".

Cabe agora ao Poder Judiciário, a difícil tarefa de harmonizar as evidências biológicas e o afeto nas relações familiares, sempre almejando garantir o bem estar, tanto do ponto de vista físico quanto emocional da criança.

**CONTINUA**

25 MAI 2012  
GAZETA DO POVO  
CONTINUAÇÃO

A paternidade atualmente deve ser considerada gênero do qual são espécies: a paternidade biológica e a socioafetiva, ambas com os mesmos efeitos jurídicos. Em conformidade com os princípios do Código Civil de 2002 e da Constituição Federal de 1988, o êxito em ação negatória de paternidade depende da demonstração, a um só tempo, da inexistência de origem biológica, e também de que não tenha sido constituído o estado de filiação, fortemente marcado pelas relações socioafetivas e edificado na convivência familiar.

Se o juiz, antigamente, em ações de investigação de paternidade, clamava por escassos elementos convincentes acerca de verdades biológicas, o juiz atual, em que pese lhe seja entregue vasta tecnologia para bem desempenhar sua função judicante, muitas vezes deve afastar-se da verdade concreta e analisar a verdade socioafetiva, em prol do melhor interesse da criança.

A prevalência do afeto encontra respaldo também no Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial no princípio do melhor interesse da criança e da proteção integral, evidenciando a necessidade de referências paterna e materna para o completo desenvolvimento psíquico-social.

# O ESTADO DE S. PAULO

## Vianna adquiriu bens 'em valores 25 MAI 2012 desproporcionais'

Procuradoria sustenta que ex-presidente do TJ, endividado e 'sem fazer empréstimos' comprou apartamento e carro de luxo por R\$ 2,27 milhões

O desembargador Vianna Santos, que presidiu o Tribunal de Justiça de São Paulo em 2010, adquiriu bens "em valores desproporcionais à evolução de seu patrimônio e de sua renda", afirma a Procuradoria-Geral de Justiça.

Em documento de 27 páginas, por meio do qual requereu judicialmente a quebra do sigilo bancário e fiscal de Vianna e de sua mulher, a advogada Maria Luíza Pereira, a Procuradoria revela que "sem a realização de qualquer empréstimo para tal fim" o casal adquiriu bens no montante global de R\$ 2,273 milhões.

A Procuradoria ressalta que o casal, embora no ano anterior tenha apresentado "involução patrimonial, bem como aumento das dívidas e ônus reais", em 2010 adquiriu apartamento nos Jardins por R\$ 1,4 milhão à vista, investiu R\$ 500 mil na reforma do imóvel e comprou um Porsche Cayenne por R\$ 373 mil.

**Sigilo.** Vianna Santos morreu em 26 de janeiro de 2011, de enfarte, segundo a polícia. O juiz Adriano Laroca, da 8.ª Vara da Fazenda, autorizou a quebra do sigilo bancário e fiscal do magistrado e de sua mulher, de 1.º de dezembro de 2009 (um mês antes da posse do desembargador na Presidência) até 28 de fevereiro de 2011 (32 dias após sua morte). Vianna casou-se com Maria Luíza em 3 de outubro de 2009, sob regime de separação obrigatória de bens. "Maria Luíza, embora inscrita na OAB, na época não exercia a advocacia e, em 2009, não auferiu rendas, figurando como dependente de Vianna Santos", assinala a Procuradoria.

A investigação mostra que em 31 de dezembro de 2008 Vianna e a mulher possuíam R\$ 1,099 milhão em bens e direitos, valor reduzido para R\$ 1,079 milhão em 31 de dezembro de 2009. As dívidas, que somavam R\$ 368 mil em 31 de dezembro de 2008, saltaram para R\$ 470 mil - mais R\$ 102 mil - um ano depois.

A Procuradoria suspeita que Vianna cobrava "honorários de 20% a 25% sobre o faturamento bruto dos serviços realizados ou materiais fornecidos para o TJ".

"Há notícia, acompanhada de início de prova, de que para poder prestar serviços ou fornecer materiais e produtos ao TJ, ou até mesmo para simplesmente participar de licitações, algumas empresas eram obrigadas a assinar contrato com outras empresas ligadas a Vianna e sua esposa", anota a Procuradoria. "A assinatura de Maria Luíza foi reconhecida em documento."

"Há nos autos a notícia de que Vianna e sua esposa exigiram de um ex-prefeito, condenado em primeira instância pela Justiça, R\$ 200 mil para elaboração de recurso ao TJ, auxílio na tramitação e garantia de final provimento", diz a Procuradoria. O advogado Edson Sampaio é categórico: "Não há nada a esconder. Maria Luíza está absolutamente tranquila. Com a chegada de todas as informações, tudo vai ficar devidamente esclarecido, em especial quanto à sua pessoa".

**CONTINUA**

# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

25 MAI 2012

## PATRIMÔNIO SOB SUSPEITA

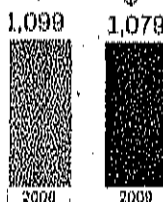
● O ex-presidente do TJ-SP Vianna Santos ocupou o cargo em 2010. Ele recebeu, antecipadamente, R\$ 1,28 milhão da corte

### Evolução patrimonial

EM MILHÕES DE REAIS

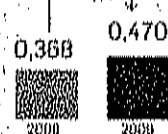
#### Bens e direitos

- R\$ 19.684,16



#### Dívidas

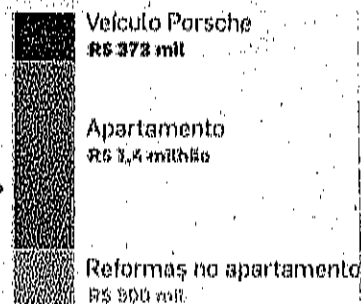
+ R\$ 102.075,73



Apesar da perda patrimonial e do aumento da dívida, ele e a mulher conseguiram adquirir bens sem fazer empréstimos

### Aquisição de bens em 2010

R\$ 2,273 milhões



## Capez atribui denúncia a 'contendas internas'

O deputado Fernando Capez (PSDB) atribui a "contendas internas" na Assembleia Legislativa de São Paulo a denúncia que envolve seu nome em um episódio de nepotismo cruzado. Ele se diz convencido de que se tornou alvo de uma trama "nitidamente difamatória". Suspeita que a origem do caso pode estar atrelada à disputa para escolha do novo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), em substituição a Eduardo Bittencourt, que se aposentou sob suspeita de enriquecimento ilícito e improbidade.

A cadeira de Bittencourt está vaga desde 1.º de abril. A sucessão na corte de contas emperrou, marcada por jogo de intrigas. Parte da Assembleia apoia o deputado Jorge Caruso (PMDB). O Palácio dos Bandeirantes quer o deputado Dimas Ramalho (PSB-SP). Marcos Bötcher, agente da fiscalização do TCE, também postula o cargo.

Capez supõe que o autor de carta anônima que o implica no caso de nepotismo "tem interesses" em atingi-lo porque não recebeu seu apoio. A carta cita o advogado Rogério Auad, cunhado de Capez, e Joel Soares, cunhado de Bittencourt, que trabalha no gabinete do tucano.

Capez conta que Auad foi seu assessor até 2008 e, naquele ano, o demitiu em obediência à súmula que veta nepotismo. Em 12 de novembro de 2009, Auad foi nomeado assessor técnico procurador no TCE. Na última quarta-feira, segundo Capez, o cunhado pediu exoneração. "Ele (Auad) é ingênuo, está muito chateado."

# O ESTADO DE S. PAULO

## Hopi Hari é condenado a pagar R\$ 15 mil a família que teria sido agredida no parque

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) condenou o Hopi Hari a pagar indenização de R\$ 15 mil para uma família por agressões físicas e verbais que teriam sido cometidas por funcionários do parque em 2002.

Paula Fernanda da Silva Vieira e quatro parentes estavam próximos da entrada quando um bombeiro do parque pegou ingressos promocionais que estavam com Paula e acusou-a de ser cambista. Começou a briga e os cinco receberam atendimento médico no Hopi Hari.

A defesa do parque disse que o grupo negociava sete ingressos promocionais e negou que os funcionários tenham iniciado a confusão. Paula e a família negam a acusação. O parque deve recorrer da decisão do TJ.

25 MAI 2012

SÔNIA RACY

### Haja coração

Foi parar na Justiça disputa pela cadeira de professor titular do Departamento de Doenças Infecciosas e Parasitárias da Faculdade de Medicina da USP.

Quem protesta é o candidato David Uip.

### JUSTIÇA

#### Vai a júri acusada de matar coronel Ubiratan

Acusada de matar o coronel Ubiratan Guimarães, seu ex-namorado, a advogada Carla Cepollina vai a julgamento em 28 de agosto no Fórum Mário Guimarães, na Barra Funda, zona oeste da capital. Ela responde ao processo em liberdade. Ubiratan – que comandou a invasão ao Carandiru em 1992, provocando 111 mortes no Pavilhão 9 – foi morto em 2006 com um tiro na barriga, em seu apartamento. Segundo a acusação, Carla matou por ciúme. A defesa nega e diz que uma pendência jurídica pode cancelar o júri.

# O ESTADO DE S. PAULO

## Copiar CD ou livro 25 MAI 2012

### deve deixar de ser crime

Mudança foi aprovada por juristas que estudam novo Código Penal e vale só para uso pessoal

A comissão de juristas que discute o novo Código Penal aprovou ontem proposta que descriminaliza o ato de copiar integralmente uma obra para uso pessoal, desde que não tenha objetivo de lucro. Com a decisão, quem realizar a cópia deixa de ser enquadrado pelo crime de "violação do direito autoral", previsto na lei atual.

Dessa forma, a cópia de um CD de música ou de um livro didático para uso próprio deixaria de ser crime. Atualmente, a pena para os condenados pela conduta pode chegar a 4 anos.

"Não há crime quando se tratar de cópia integral de obra intelectual ou fonograma ou videofonograma, em um só exemplar, para uso privado e exclusivo do copista, sem intuito de lucro direto ou indireto", diz o texto aprovado.

O colegiado tinha prazo até o fim do mês para entregar o anteprojeto do novo Código à presidência do Senado. Mas os trabalhos foram prorrogados até 25 de junho. As sugestões dos juristas poderão compor um único projeto ou serem incorporadas a propostas já em tramitação no Congresso.

O presidente da comissão, Gilson Dipp, disse que, diante da "realidade brasileira", a proposta está dentro do espírito do Código de não criminalizar condutas sem "lesividade social relevante".

O relator da comissão, Luiz

Carlos Gonçalves, disse que a proposta aprovada, além de não penalizar quem reproduz algo para uso próprio, criou três graduações para a violação de direitos autorais. Na mais branda, a pena chega a até 2 anos de prisão. Se ocorrer divulgação em massa do produto, varia de 1 a 4 anos. Na hipótese de uso comercial do produto, sobe para 2 a 5 anos.

**Polêmicas.** Para a especialista em Direito Penal Maria Isabel Bermúdez, a mudança já era esperada. "A legislação com relação ao bem protegido passará a acompanhar os costumes da nossa sociedade - até porque reproduzir o bem para o uso pessoal não é uma conduta lesiva."

A advogada ainda destaca que a lei vigente é muito genérica e não explica a diferença entre o ato legal e o criminoso. "O que muda é que agora está expresso na lei que é permitido copiar livros e CDs desde que se trate de apenas uma cópia, seja para uso pessoal e, principalmente, sem intenção de lucro."

Já o especialista em Direito da Propriedade Intelectual Rafael Marinangelo vê a proposta de forma negativa. "Além do Código vigente é preservar o autor, porque, com a possibilidade de reproduzir o livro ou o CD, as pessoas deixam de adquirir a obra original. Cada cópia feita é um exemplar a menos vendido", explica. "Com a descriminalização da reprodução total, isso tende a piorar. É um retrocesso."

Análise: Alexandre Mattias

## Alteração é louvável, mas pode criar conflito entre leis

**L**ouvável a iniciativa da comissão que propõe mudanças no Código Penal em relação a cópias digitais. Assim, quem quiser transformar um CD em MP3 para uso próprio, por exemplo, não será mais infrator.

Parece simples, mas a proposta esbarra em alguns poréns. O primeiro é técnico: o processo de digitalização facilita muito a cópia e o compartilhamento. Se alguém transforma um livro no formato digital PDF e o compartilha em uma rede social, como contabilizar o número de vezes que ele se espalha? A própria indústria de entretenimento já tentou colocar travas eletrônicas em arquivos digitais sem sucesso, até que abandonou a prática.

O outro porém é de natureza legal. O Ministério da Cultura há muito propõe mudanças na Lei dos Direitos Autorais (LDA). Na gestão Lula, a LDA era mais livre que a sugestão proposta para o Código Penal. Na gestão Dilma, a LDA é ainda mais restrita. Deve-se buscar um consenso para que as leis não se sobreponham e criem conflitos internos.

### ● Pena

A reprodução ou publicação de obra intelectual, CD ou DVD com objetivo de lucro acarreta a pena de 6 meses a 2 anos de reclusão.



# JORNAL DO ESTADO

## BOCA MALDITA

# 25 MAI 2012

### Hoje tem assessoria jurídica gratuita

Quem passar pela Boca Maldita hoje, entre 9 e 17 horas, poderá tirar dúvidas e encaminhar documentos relacionados a serviços jurídicos nas áreas cível, criminal e de família, gratuitamente. Para ser atendido, basta apresentar comprovante de renda ou declaração própria acerca da impossibilidade financeira. A renda mensal não pode ultrapassar três salários mínimos.

O atendimento jurídico na Boca Maldita faz parte da ação conjunta entre a Prefeitura de Curitiba e a Defensoria Pública do Estado, que vem oferecendo serviços gratuitos nas

Regionais da cidade desde abril. A ação marcará também as comemorações do Dia do Defensor Público.

O serviço já passou pelas regionais Boa Vista, Cajuru, Santa Felicidade, Portão, Bogueirão e CIC. Já foram atendidas perto de 2 mil pessoas. O atendimento vai até junho. O próximo atendimento será na Regional Bairro Novo, no dia 30 de maio. A Fundação de Ação Social (FAS) e o Conselho Municipal da Condição Feminina também são parceiros na ação. Em junho, o serviço vai para a Rua da Cidadania Pinheirinho (dia 13) e a Rua da Cidadania Matriz (dia 20).

# 24 MAI 2012

## JORNAL DO ESTADO

### Balanço

Cerca de 1.200 inscritos participaram do III Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral realizado na semana passada, em Curitiba. Foram 40 palestrantes, entre eles três ministros do STF: Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia Antunes Rocha, atual presidente do Tribunal Superior Eleitoral e o ex-presidente do STF e TSE Sepúlveda Pertence. Participaram do evento profissionais dos 22 estados brasileiros, entre servidores da Justiça Eleitoral, juízes, promotores, procuradores, desembargadores e advogados. O Congresso foi organizado pelo Instituto Paranaense de Direito Eleitoral (Iprade).

# 24 MAI 2012

## JORNAL DO ESTADO

### Sicride

O Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas (Sicride) realizou, ontem, no Museu Oscar Niemeyer, uma homenagem ao dia internacional das crianças desaparecidas, celebrado amanhã. O grupo de teatro "Turminha da Segurança" apresentou uma peça para duzentas crianças de uma escola pública. No fim do evento foram soltos balões com as fotos das crianças desaparecidas do mundo inteiro.

A delegada-titular do Sicride, Daniele Serighelli disse que é de extrema importância à população saber que o correto é avisar do desaparecimento da criança nas primeiras 24 horas. "As primeiras horas são cruciais para contribuir nas investigações, pois evitamos que algo mais sério aconteça". A delegada contou ainda que no Estado existem 23 crianças desaparecidas. Quem tiver informações sobre as crianças ligar na delegacia pelo telefone (41) 3224-6822. Este número funciona 24 horas. Os números de emergência 190 e 181 também podem ser usados.

# JORNAL DO ESTADO

## TRANSPARÊNCIA

# 24 MAI 2012

# Casa vai divulgar salário de servidores

A Assembleia Legislativa diz estar pronta para divulgar, na internet, os salários de seus servidores efetivos e comissionados, incluindo gratificações e outras vantagens recebidas por ele. Quem garante é o presidente da Casa, Valdir Rossoni (PSDB), que disse só estar esperando uma definição dos demais poderes e da Justiça para promover essa publicação.

Na última terça-feira, o Supremo Tribunal Federal decidiu que divulgará a folha de pagamento de seus ministros e de seus funcionários, com vencimentos, gratificações e vantagens, sem quaisquer restrições, incluindo os nomes de todos — ministros e servidores. A decisão responde a questão levantada por servidores do STF, em face da Lei de Acesso à Informação Pública. O ministro Ricardo Lewandowski foi o porta-voz de reivindicação de servidores, que pediam a publicação apenas dos números de matrículas — e não de seus nomes — tendo em vista eventuais

problemas de segurança, até dentro das próprias famílias.

Todos os ministros concordaram, ao final da sessão, que o STF deveria assumir logo uma posição — embora ainda administrativa — em nome da “transparência” dos assuntos públicos, reservando-se o direito de se pronunciar juridicamente sobre o assunto quando julgar o mérito do recurso com repercussão geral provocado pela decisão de Gilmar Mendes.

De acordo com Rossoni, a publicação dos salários no site do Legislativo paranaense só depende de ajustes técnicos e deverá acontecer em conjunto com o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, o governo do Estado e o Tribunal de Contas. “Mediante todas estas mudanças, estamos preparados para publicar os salários. E a população poderá verificar se estamos cumprindo a lei”, garantiu. “Essa medida será tão salutar para o Poder Público quanto foi a Lei de Responsabilidade Fiscal”, avaliou o

parlamentar.

**Acesso** — A Lei de Acesso à Informação foi sancionada no fim do ano passado e tem o objetivo de garantir aos cidadãos brasileiros acesso aos dados oficiais do Executivo, Legislativo e Judiciário.

A nova lei regulamenta o acesso a dados do governo, pela imprensa e pelos cidadãos, e determina o fim do sigilo eterno de documentos oficiais. Pela nova lei, o prazo máximo de sigilo foi limitado à 25 anos para documentos ultrassecretos, a 15 anos para os secretos e a cinco para os reservados. Os documentos ultrassecretos poderão ter prazo de sigilo renovado apenas uma vez.

Com essa lei, o Brasil passa a compor, com 91 países, o grupo de nações que reconhecem que as informações guardadas pelo Estado são um bem público. Além dos gastos financeiros e de contratos, a norma garante o acompanhamento de dados gerais de programas, ações, projetos e obras.

24 MAI 2012

## JORNAL DO ESTADO

### CCJ aprova "ficha limpa" para servidores

Condenados pela Justiça em segunda instância, e até profissionais cassados por conselhos profissionais, como o de medicina, poderão ser impedidos de assumir cargos em comissão no serviço público, com base na Lei da Ficha Limpa. Ontem, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou proposta de emenda à Constituição (PEC 6/2012) que proíbe o provimento, a investidura e o exercício nestes cargos e funções de brasileiros enquadrados na inelegibilidade da Ficha Limpa por atos de improbidade administrativa.

A proposta é do senador Pedro Taques (PDT-MT), e recebeu parecer favorável do relator, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE). Segue agora para o Plenário do Senado, onde será submetida a dois turnos de votação.

Segundo Taques, a PEC 6/2012 impõe essa restrição na contratação de servidores comissionados e de confiança pelos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. E adiantou que

a Controladoria Geral da União (CGU) já estuda a edição de um decreto aplicando o critério de inelegibilidade da Lei da Ficha Limpa na nomeação de servidores públicos federais condenados pela Justiça. "Essa PEC traz princípios republicanos, traz honestidade cívica ao serviço público", defendeu.

Na justificativa da proposta, o senador deixa claro sua intenção de resguardar o princípio constitucional da moralidade na Administração Pública, e não de buscar uma punição antecipada do cidadão convocado para cargo comissionado ou função de confiança. O princípio da não-culpabilidade estaria preservado, acrescentou, pelo fato de a inelegibilidade definida na Lei da Ficha Limpa só alcançar os condenados por órgão judicial colegiado ou definitivamente pela Justiça.

Ao analisar o mérito da PEC 6/2012, o relator a considerou "um importante passo para garantir a ética, probidade e moralidade no âmbito da Administração Pública nos níveis federal, estadual e municipal".

# CONJUR

## "Julgamento do mensalão não pode ser juízo de exceção"

24 MAI 2012

Por Marília Scriboni

Dez grandes nomes do Direito Penal brasileiro assinam um documento que foi entregue aos ministros do Supremo Tribunal Federal pedindo que o julgamento da Ação Penal do caso do mensalão não seja transformado em um juízo de exceção. O documento, que traz outros pedidos, foi entregue pessoalmente, na segunda-feira (215), em audiência de uma hora, pelos criminalistas **Márcio Thomaz Bastos, José Carlos Dias e Arnaldo Malheiros Filho**.

Além deles, também assinam a peça os advogados **Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, Antônio Carlos Mariz de Oliveira, Marcelo Leonardo, Alberto Zacharias Toron, José Luiz Oliveira Lima, Flávia Rahal, Celso Sanchez Vilardi e Luiz Fernando Pacheco**. "Em volume de trabalho esse é, certamente, o maior processo da história da Suprema Corte", dizem.

Segundo os dez, "a incomum quantidade de denunciados, de advogados, de páginas, de tempo para acusação, defesa e votos naturalmente exige providências especiais sem, no entanto, que seja possível fazer um juízo de exceção, expressamente vedado pela Carta Constitucional". Apesar disso, "não há razão para que se trate desse feito de modo tão diferente de todos os demais, de igual ou maior importância".

Os advogados lembram que a apreciação da liminar da denúncia já deu mostras das dificuldades que um julgamento desse porte pode causar. "Não é somente o tribunal que precisa se estruturar para tarefa desse fôlego. É fundamental que os Senhores Ministros tenham em mente que não é possível suprimir a garantia de ampla defesa pela inviabilização material de seu exercício", avisam. Por isso, eles pedem, por exemplo, que intimações sejam feitas com 30 dias de antecedência, que as sessões aconteçam em, no máximo, dois dias de cada semana e que apenas três advogados sejam ouvidos por sessão.

Os advogados também criticaram a informação da força-tarefa que seria criada para dar conta dos trabalhos, que não seriam interrompidos por 38 dias. "Ora, os advogados que atuarão no caso têm seus afazeres, têm outros compromissos, têm outros clientes e não podem ser confinados durante período tão longo", dizem, acrescentando que "o país não pode ficar sem Suprema Corte por tão longo período".

De acordo com o grupo, a prescrição do caso é uma "falácia". "Os casos de prescrição já ocorridos (especialmente no caso de aplicação de pena mínima para certos delitos) estão consumados e de nada adianta o julgamento agora", escrevem.

Ao final das seis páginas, os advogados dizem que é preciso que o Supremo mostre que "não decide com a faca no pescoço".

# CONJUR

## STF vai divulgar remuneração de ministros e servidores

# 24 MAI 2012

A remuneração paga a cada um dos ministros do Supremo Tribunal Federal será divulgada na internet. A abertura das contas se deu em decisão unânime dos próprios ministros, nesta quarta-feira (23/5), e inclui também a divulgação dos rendimentos de servidores, tanto inativos quanto ativos, e de pensionistas. A decisão atende ao comando da nova Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor no último dia 16.

O ministro Ayres Britto, presidente do Supremo, explicou que a folha de pagamento será divulgada integralmente, com os nomes dos servidores, os cargos que ocupam e a remuneração bruta mensal que recebem. “Como nosso empregador, o contribuinte tem o direito de saber quanto nos paga”, afirmou.

A divulgação da remuneração dos servidores públicos já havia sido discutida no curso de um Agravo Regimental na Suspensão de Segurança, apresentado por um sindicato e uma associação de servidores do município de São Paulo contra decisão do então presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, que permitiu tal medida.

O agravo foi desprovido. O relator do caso, ministro Ayres Britto, afirmou que o argumento de preservação da intimidade financeira dos servidores cai por terra diante do previsto na primeira parte do inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição. “Sua remuneração bruta, cargos e funções por eles titularizados, órgãos de sua formal lotação, tudo é constitutivo de informação de interesse coletivo ou geral. Expondo-se, portanto, à divulgação oficial”, afirmou.

A divulgação questionada naquele agravo foi feita com base na Lei municipal 14.720/2008 e no Decreto regulamentador 50.070/2008, que permitiu a publicação, no sítio eletrônico da Prefeitura, dos nomes completos dos servidores, com os respectivos cargos efetivos, cargos em comissão, remuneração bruta mensal, demais elementos de remuneração, remuneração total bruta do mês e seus destacados elementos, unidades de lotação, endereço completo e jornada de trabalho.

No STF, a questão teve a repercussão geral reconhecida por meio do Plenário Virtual do STF, em outubro de 2011. A decisão do Plenário quando for julgado um Recurso Extraordinário com Agravo, de relatoria do ministro Ayres Britto, terá de ser aplicada a todos os processos. O ARE foi interposto pelo Município de São Paulo contra decisão da Justiça estadual que determinou a exclusão das informações funcionais de uma servidora pública municipal no site “De Olho nas Contas”, da Prefeitura Municipal. *Com informações da Assessoria de Comunicação do STF.*

**SS: 3902**

**ARE: 652777**

# CONJUR 24 MAI 2012

## Petição pode ser assinada por outro advogado do caso

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça admitiu e julgou um recurso em que a petição foi assinada de próprio punho por um advogado e eletronicamente por outro. Ambos tinham procuração para atuar em nome da parte recorrente. A decisão aconteceu após manifestação, em voto-vista, do ministro Paulo de Tarso Sanseverino.

O recurso é oriundo do Rio Grande do Norte e foi decidido monocraticamente pelo relator, ministro Massami Uyeda. Insatisfeita, a defesa de uma das partes interpôs eletronicamente agravo regimental, para que a questão fosse levada a julgamento na Turma. No entanto, o ministro relator não conheceu do agravo porque o advogado que colocou seu nome na petição recursal não coincidia com a advogada que a assinou digitalmente, por meio do sistema e-STJ.

Ao analisar a hipótese, o ministro Sanseverino ponderou que não há irregularidade porque a petição está assinada eletronicamente por advogado com procuração para atuar na causa, o que faz cumprir a regra da Resolução 1/2010 do STJ. De acordo com a norma, são usuários externos do e-STJ, entre outros, “os procuradores e representantes das partes com capacidade postulatória”.

“Creio que a interpretação das regras atinentes ao processo eletrônico deve ser orientada pelo fomento da utilização da célere e menos custosa via cibernética e não pela obstaculização do uso de tal instrumento”, observou Sanseverino.

O ministro lembrou que em inúmeras situações as partes possuem mais de um advogado a representá-las no processo, e esses têm plena capacidade de atuar em seu nome, de acordo com os poderes conferidos na procuração.

Sanseverino acredita que o processo eletrônico não pode ser um retrocesso, criando-se empecilhos ao seu uso. “O Poder Judiciário deve lançar mão de meios que permeiem a higidez e autenticidade dos atos processuais praticados eletronicamente, sem, todavia, descuidar do que a prática do processo não eletrônico salutarmente, há muito, encampara”, sugeriu.

Até então, o STJ vinha entendendo que “não havendo a inscrição do nome do advogado que assina digitalmente a peça enviada eletronicamente”, se estaria violando a pessoalidade do uso da assinatura digital.

Pela nova interpretação, o que importa é observar se aquele que assina digitalmente a petição foi constituído nos autos, mediante procuração. A posição foi acolhida pelos demais membros da 3ª Turma, incluindo o relator, que conheceram do agravo. O julgamento do mérito ainda não foi concluído. Com informações da *Assessoria de Imprensa do STJ*.

**REsp 1208207**